

POVO ALGARVIO

Director, Editor e Proprietário:
Manuel Virgínio Pires

SEMANÁRIO REGIONALISTA

Redacção e Administração — Rua Dr. Parreira, 13 — Telefone 127 — TAVIRA — Composição Impressão — Tipografia «Povo Algarvio» Telef. 266 — TAVIRA

1933-1963

Número Comemorativo do 30.º Aniversário da promulgação do "ESTATUTO DO TRABALHO NACIONAL"

Professor Gonçalves de Proença:

«Modestamente, porém, se deve reconhecer que, ainda uma vez, não foi necessário fazer milagres para fazer justiça, pois bastou que acima dos interesses individuais se tivesse sempre colocado o «bem-comum» e que, em função deste, tivesse sido sempre conformada a actuação da Previdência»

«E quando, pelo raciocínio e pela experiência, considerando as necessidades do povo português e as condições da luta económica de nossos dias, o ensinamento das nossas melhores tradições e as exigências dos princípios sociais que defendemos, chego à conclusão de que nos incumbe desenvolver com urgência, completar e aperfeiçoar a nossa organização corporativa, depara-se-me a campanha insidiosa que sobre faltas, erros ou possíveis abusos individuais se aprestaria, se a deixassem, a restabelecer a fraqueza, a dispersão e a desordem, que também por vezes toma o nome de liberdade.

Ora eu não defendo os erros de ninguém, nem sequer os que eu próprio cometa; não absolvo nenhuma falta, não me solidarizo com nenhum abuso e acho bem que consciências rectas e inteligências esclarecidas possam apontá-los à atenção do Governo para futura correcção. Mas havemos de distinguir estas críticas cuidadosamente dos ataques, filhos de superficial vivacidade ou de interesses opostos a toda a espécie de disciplina, absolutamente certos de que, nas condições do próximo futuro, só teríamos de escolher entre a suficiência da organização e a miséria no caos. O Governo, é evidente, tomou já o seu partido».

SALAZAR

A Previdência Social e o fomento da habitação

O problema habitacional português está a ter novas e naturais soluções.

A Previdência, na medida do possível, e nos termos da lei 2.092 de 9/4/58 e Decreto-Lei n.º 43.186 de 23/9/60, está a colocar o seu dinheiro à disposição do trabalhador para que este construa ou adquira a sua casa, ascendendo, assim, à propriedade e à possibilidade de ter um ambiente digno e saudável para si e para os seus.

A Previdência está a cooperar activamente na solução deste magno problema, concedendo empréstimos aos seus beneficiários, para construção das suas casas e a seu gosto, aquisição das que lhes convém ou de benfeitorias nas que já lhes pertencem.

Uma garantia só é exigida: a honorabilidade como profissional e como homem.

Todos, desde que sejam chefes de família e tenham mais

de um ano de inscrição numa Caixa, podem requerer um empréstimo que, para construção, poderá ir até 100% do custo provável.

Com uma burocracia simples, apenas comprovativa dos factos, e amortizações mensais suaves, repartidas de 10 a 25 anos, com pequeno juro ou sem juro, se os rendimentos do agregado familiar forem superiores ou inferiores a 2 900\$00 mensais e ainda, com o seguro de invalidez e morte, que dá ao beneficiário ou seus herdeiros a, num caso ou noutro, considerarem-se saldados com a Instituição mutualista, podem ser requeridos esses empréstimos até à importância, conforme os rendimentos, de 375 contos.

A Caixa de Previdência do Distrito de Faro realizou no passado dia 25 de Setembro, na Secretaria Notarial da cidade, a sua 12.ª reunião.



PROF. DR. JOÃO GONÇALVES DE PROENÇA
MINISTRO DAS CORPORACÕES E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número Comemorativo do Corporativismo Português

Toda a colaboração inserida neste número do nosso jornal dedicada ao 30.º aniversário da promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional foi orientada pelo nosso colaborador sr. Luis Sebastião Pires, que à causa do corporativismo português, tem dedicado especial carinho.

Embora com as naturais deficiências de técnica e dificuldades de ordem material, este trabalho todavia modesto, é do melhor que até hoje sobre tão importante assunto se tem publicado no Algarve.

Resta salientar o carinho manifestado para a sua organização pelo inteligente e activo Delegado do Instituto Nacional do Trabalho, sr. Dr. Ilídio Fernandes das Neves, que em tão curto lapso de tempo de exercício já tem dado sobejas provas das suas excepcionais qualidades do trabalho conquistando gerais simpatias nos meios operários e patronais, onde é bastante considerado e respeitado.

Aqui lhe expressamos por isso, nesta hora festiva, as nossas mais expressivas saudações com votos sinceros de muitas prosperidades no exercício das suas altas funções na nossa província.

Resta-nos também felicitar Luis Sebastião Pires pela sua ideia que mais uma vez exprime não só o seu apoio ao regimen corporativo como até o seu denodado bairrismo.

O NOSSO SENTIR CORPORATIVO e o "Estatuto do Trabalho Nacional"

COM a Organização Corporativa obteve-se a dignificação do trabalho dos trabalhadores portugueses.

A 23 de Novembro de 1932, Salazar, ao avaliar as diferentes torças políticas existentes nessa altura, em face da Revolução Nacional, dirigiu-se ao operariado português nos seguintes termos: «... Como não queremos privilégios para ninguém, não podemos admitir que o operariado seja uma classe privilegiada; também não precisamos de o incensar, para que nos sirva de apoio, nem de incendiar-lhes as iras contra ninguém, para o mandarmos depois, fuzilar pelos seus excessos. Num regime de autoridade forte, nós queremos que o seu trabalho seja ordeiro; pobre e consciente do utilidade comum; o Estado o coordenará com outras actividades e o integrará no conjunto da economia nacional».

À distância de trinta e um anos, o Corporativismo fundase, na certeza de que os interesses legítimos do Capital e do Trabalho, elementos fundamentais da produção são conciliáveis e ajustáveis e que ambos desempenham na vida das empresas e das Nações, uma função social igualmente digna e séria.

Com o aparecimento em Setembro de 1933 do Estatuto do Trabalho Nacional, o Trabalhador Português viu o seu trabalho dignificado.

Um ano depois — 23 de Setembro de 1934 — era publicado no «Diário do Governo», a Carta Magna do Trabalhador.

Era o primeiro passo da Organização Corporativa, facto que foi assinalado, solenemente, com a inauguração dos três primeiros Sindicatos Nacionais. Isto passava-se em 19 de Novembro de 1933.

Depois, e nesta jornada de trinta anos, o Estatuto do Trabalho Nacional, revolucionou a orgânica do País, estruturando uma política que é hoje, a base da harmonia e de paz da Família Portuguesa.

Somos dos que exultaram e apoiaram com entusiasmo no alvorecer da Organização Cor-

porativa, a «Carta Magna» do Trabalhador, porque somos também trabalhadores e aspirávamos a um Estado Corporativo forte que trouxesse a certeza do dia de amanhã, porque desejávamos uma Política Social disciplinada, compreensiva que dignificasse a nossa condição de trabalhador.

Assim aconteceu.

Ainda nos lembramos da famosa conferência realizada no Teatro de S. Carlos em 5 de Junho de 1933 — tínhamos então trinta anos — em que, o Dr. Pedro Teotónio Pereira, então primeiro Subsecretário de Estado das Corporações, ao dirigir-se a Salazar, ali presente, dizendo: *Por entre as matérias graves dos seus relacionamentos financeiros, em discursos, políticos ou nas afirmações de princípios, V. Ex.ª nunca se esquece de deixar transparecer, ao menos numa curta frase, o cuidado, o interesse e o carinho que lhe merecem todos quantos labutam, apagados e fiéis, por esse Portugal além.*

Da «carrancada» corporativista levada a cabo pelo Dr. Pedro Teotónio Pereira, vol-

Continua na 12.ª página

O Panorama da Organização Corporativa do "ALGARVE" no XXX Aniversário do "Estatuto do Trabalho Nacional"

Traduz-se pelos números seguintes:

1 Federação das Casas do Povo do Distrito ● 4
Grémios do Comércio ● 11 Grémios da Lavoura ● 5
Grémios da Indústria ● 10 Sindicatos Nacionais ● 21
Casas do Povo ● 5 Casas dos Pescadores



DR. ILÍDIO FERNANDES DAS NEVES
Delegado do I. N. T. P. de Faro

ALGUMAS PALAVRAS

NÃO se estranhará que o Delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência faça algumas considerações, colaborando assim activamente nesta iniciativa do «Povo Algarvio».

Se outros motivos não houvesse esta presença seria sempre necessária para sinceramente felicitar este operoso órgão da imprensa regional algarvia, a cujo interesse pelas actividades e manifestações de carácter social e corporativo já nos habituámos, pela realização de um número comemorativo do 30.º aniversário da promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional. No entanto, e correspondendo ao desejo manifestado apraz-me também apresentar breves notas informativas sobre alguns aspectos da política social corporativa do distrito, sua situação e perspectivas no futuro. Assim, anotarei sucintamente alguns aspectos de carácter mais geral, do maior interesse para o grande público, relativamente à Organização Corporativa e aos seus problemas do trabalho.

Sobre a *integração corporativa dos meios rurais muito haveria a dizer*. Pode afirmar-se que ela constitui hoje uma necessidade imperiosa, pois é precisamente a existência de zonas brancas e consequente dispersão relativa das Casas do Povo que afecta o bom andamento do conjunto.

Na verdade, além das suas importantes funções de representação do trabalho rural, de educação e recreio e até de colaboração no progresso local, as Casas do Povo têm uma finalidade de primordial relevo: a de previdência.

Este seguro social (obrigatório) para as freguesias rurais supõe, para uma maior eficiência, ampla coordenação global que implica a integração de todo o distrito.

As perspectivas para este trabalho de integração afiguram-se satisfatórias. Assim, estão em curso diligências para a criação de novas Casas do Povo ou do alargamento de âmbito de outras, sendo de assinalar o trabalho desenvolvido pela Federação das Casas do Povo do distrito.

O actual panorama pode sintetizar-se nos números seguintes:

— Número de freguesias rurais ou mistas: 56. Abrangidas pelas 21 Casas do Povo do distrito: 23 (percentagem, 41.)

Claro que um bom trabalho de integração supõe a colaboração activa dos interessados, a quem a Casa do Povo se destina. Cremos, no entanto, que a hesitação ou indiferença que

Continua na 8.ª página

As Missões de Acção Social e o Problema Habitacional no Distrito de Faro

EM 9 de Abril de 1958 foi publicado a Lei n.º 2092 sobre a cooperação das instituições de previdência, Casas do Povo e suas federações no fomento habitacional, lei que, como se esperava, tem constituído factor de primeira ordem no combate à crise de alojamento e no acesso à propriedade da habitação.

A referida lei abriu, assim, novos rumos à política da habitação, tendo, posteriormente, alguns dos seus preceitos sido alargados para sectores não abrangidos pela previdência dos trabalhadores do comércio, da indústria e da agricultura.

É incontestável o grande alcance prático da legislação sobre o fomento habitacional — Lei n.º 2092, Decreto-Lei n.º 43186 de 23 de Setembro de 1960 e seu Regulamento de 3 de Maio de 1961 — que constitui, sem dúvida, um benefício real para a maioria dos trabalhadores que viram facilitado o acesso à propriedade da habitação.

Pode dizer-se que hoje — afora os grande centros populacionais, onde o preço dos terrenos obriga a pensar em soluções de vária índole — a maioria dos trabalhadores pode ver realizado o sonho de possuir habitação própria.

Foi ao encontro desta aspiração que algumas Casas do Povo do distrito (Mexilhoeira Grande, Estoi, Luz de Tavira e Castro Marim) iniciaram

diligências no sentido de adquirirem terrenos para construção, com empréstimos da Junta Central das Casas do Povo, de moradias para os sócios ou patrocinando pedidos individuais de empréstimo para os trabalhadores rurais obterem a melhoria das habitações de que já eram proprietários.

Também já alguns benefi-

que será paga por uma forma suave, em prestações, ao longo de 25 anos.

A Missão de Acção Social do distrito de Faro não tendo sido apetrechada para difundir a Lei n.º 2092 tem, no entanto, procurado esclarecer os trabalhadores das vantagens e regalias dos empréstimos concedidos pelas instituições de Previdência na compra ou



Elucidando os beneficiários sobre os direitos no caso de doença

ciários conseguiram empréstimos das instituições de previdência e espera-se que, com a difusão das vantagens da legislação atrás referida, muitos mais venham a beneficiar de idênticas regalias, de forma a poderem ter casa própria

construção da própria morada ou na obtenção de melhorias para os que já têm casa própria.

A Missão, além de ter orientado e patrocinado vários pedidos de empréstimo, serviu a

Continua na 8.ª página

A Federação das Casas do Povo do Distrito de Faro

criada em Abril de 1959, tem desenvolvido acção bastante notória no «Ruralismo» algarvio

NO rumo de uma política destinada a valorizar a gente rural do Algarve, não só a que está associada nas Casas



MANUEL CORREIA DOURADO
Presid. da Federação das Casas do Povo do Distr. de Faro

do Povo, mas também, chamadas «zonas brancas», foi criada em 10 de Abril de 1959, a Federação das Casas do Povo do Distrito de Faro.

Este organismo corporativo conta com 27000 sócios inscritos nas Casas do Povo Federadas, assim divididos: Contribuintes, 12830; Efectivos, 12530; Protectores, 1540 e Beneficiários do Fundo de Previdência, 110.

A sua actividade desenvolvida, até à presente data caracteriza-se nos seguintes pontos.

1 — Concessão de subsídios para ajuda da cobertura dos encargos com a assistência médica, a Casas do Povo necessitadas;

2 — Instruções de carácter geral, sobre organização dos serviços de secretaria das Casas do Povo;

3 — Esclarecimentos aos sócios dos Organismos e do público em geral, sobre a utilidade das Casas do Povo e re-

galias concedidas pelas mesmas

4 — Distribuição de Circulares, com elementos doutrinários e de acção corporativa;

5 — Distribuição dos subsídios atribuídos pelo F. N. A. E. (Fundo Nacional do Abono de Família) às Casas do Povo deste distrito para o corrente ano, e destinados a participar a cobertura financeira das cinco modalidades do esquema mínimo de previdência e assistência, obrigatório a partir de Janeiro deste ano.

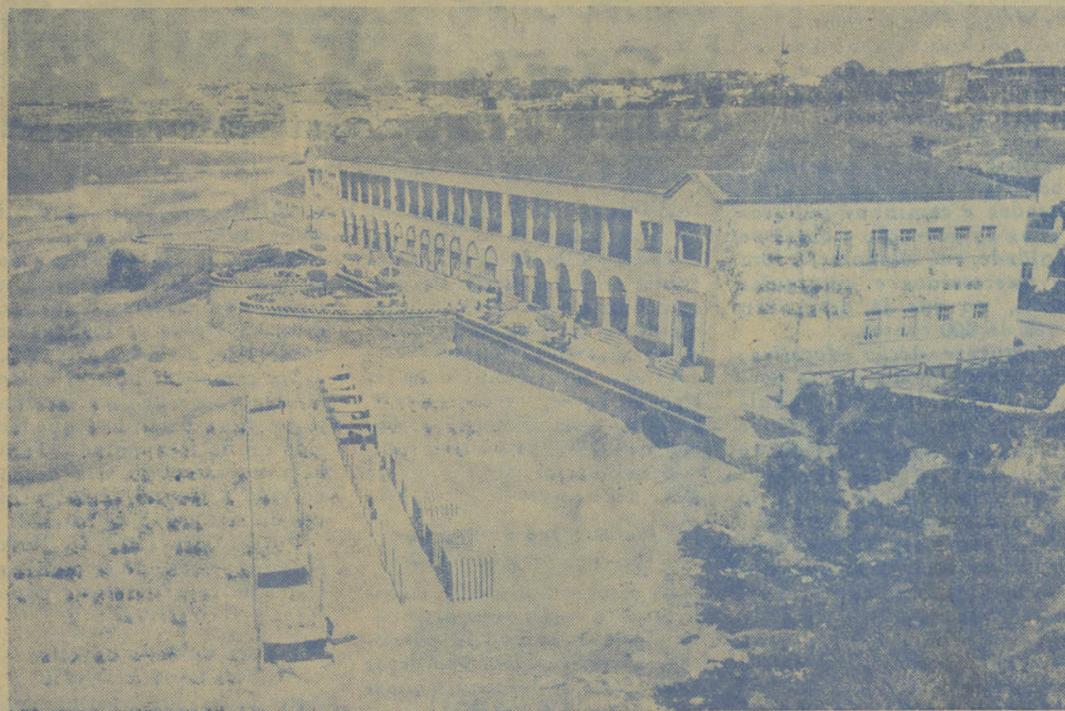
Para o efeito, a verba atribuída a este distrito para 1963, foi de 229 000\$00, tendo sido já reforçada com um subsídio da ordem dos 70 mil escudos, do Fundo Comum.

Esclarece-se que aquela verba, como se espera, deve duplicar no próximo ano, permitindo assim um alargamento da acção das Casas do Povo nos sectores da Previdência e Assistência.

Continua na 11.ª página

A Obra da Federação Nacional para a Alegria no Trabalho

3000 Trabalhadores da zona Sul do País,
— por época balnear — beneficiam da
Colónia de Férias «Dr. Pedro Theotónio Pereira», em Albufeira



DATA de 15 de Junho de 1935 a criação da F. N. A. T., cujos Estatutos constam do Decreto-Lei n.º 25496. Dos inúmeros e variados meios de acção da F. N. A. T., sobressaem as «colónias de férias», e assim, o seu apareci-

mento no Algarve, deu-se em Agosto de 1960, com a inauguração da Colónia de Férias, «Dr. Pedro Theotónio Pereira», em Albufeira, inicialmente concebida para Colónia Balnear Infantil.

Instalada num magnífico

Pavilhão Central que se situa em Albufeira, sobranceiro ao mar, e mais 4 pavilhões pertencentes à Federação das Caixas de Previdência — Obras Sociais, que, no ano da sua inauguração beneficiou cerca de 800 pessoas, e que, num crescendo de frequência, um ano depois — 1961 — os utentes foram em número de 1.000, verificou-se em 1962 um aumento progressivo da ordem dos Três Mil beneficiários, por época balnear.

Esta Colónia conta actualmente, com uma área superior a 45.200 metros quadrados, estando a F. N. A. T. em negociações para a aquisição de mais terrenos.

O Pavilhão Central que tem capacidade para cerca de 200 pessoas possui:

— Uma sala de jantar onde podem ser servidas simultaneamente refeições a todos os colonos;

— Uma cozinha com todos os requisitos modernos;

— Um salão de festas, várias salas de convívio e salão de jogos, e uma biblioteca.

— Um Posto Médico devidamente aparelhado para socorrer qualquer sinistrado, bar com esplanada e instalações para os Serviços Administrativos e para o pessoal, e serviços de rouparia.

no Algarve

Todos os quartos têm casa de banho privativa com águas quentes e frias, e voltados ao mar com uma varanda coberta e privativa.

Os restantes 4 Pavilhões têm instalações para albergar cerca de 450 pessoas.

A Colónia possui ainda Praia privativa para os banhistas da F. N. A. T. e com instalações adequadas.

Considerada uma das melhores Colónias de Férias que este prestigioso Organismo tem criado no País, dada as excelentes condições climatéricas do Algarve, cognominado o «mundo do Sol», de Portugal.

Depois de construídos mais Pavilhões, prevê-se, num futuro muito próximo, um progressivo aumento de frequência, que poderá ir até 4.000 por época balnear.

O «Povo Algarvio», vende-se em Lisboa na Incrementum, Rua Santa Marta, 58-3.*

A Vida Sindical e Corporativa do Algarve

Continuação da 11.ª página

meiro, salários, verificou-se um aumento de 25%, melhoria que muito vem contribuir para tão briosa classe de Trabalhadores e quanto ao segundo, um maior alargamento nos períodos de férias.

Este Sindicato aspira a um aumento de salários e a um novo horário de trabalho diurno. No capítulo de Assistência e Previdência, dentro das suas possibilidades financeiras, foram socorridos muitos dos seus associados, com subsídios de doença, de desemprego, obtendo a colocação para muitos dos seus associados, auxílio em medicamentos.

São seus dirigentes, os sr.s: António dos Santos, Presidente; Raul das Neves Rebecca, Secretário; e Vidal do Nascimento Barros, Tesoureiro.

Sindicato Nacional dos Estivadores, Carregadores e Descarregadores, do Distrito de Faro
Sede em Faro - Rua Infante D. Henrique
Fundado por Alvará de 7 de Junho de 1937

Secções em: Vila Real de Santo António, Olhão, Portimão e Lagos.

É o Sindicato do distrito com um número de sócios muito reduzido, pois que, os seus 70 associados estão divididos pelas suas secções, pelo que a sua cotização não dá para os encargos administrativos, tornando impraticável qualquer modalidade de assistência, dada a pobreza dos seus orçamentos.

Mesmo vivendo em precárias condições financeiras, os seus associados recebem modesta assistência, e ela muito limitada, pois que, a assistência médica e abono de família, recebem-na através da Caixa de Previdência do Distrito.

A falta de receitas com que

este Sindicato luta para fazer face aos seus encargos primordiais, resulta do facto da falta de movimento marítimo no porto de Faro.

Estes modestos Trabalhadores portugueses, chefes de família na sua maioria, aspiram a habitarem em casas de renda barata, e construídas pela Caixa de Previdência — Obras Sociais. E porque não? Não são eles Trabalhadores de Portugal? Dirigem este Sindicato os trabalhadores: José Filipe, Presidente; João António Rodrigues Glória, Secretário; e João dos Santos Glória, Tesoureiro.

Este organismo é digno dum auxílio de molde a que os seus associados e familiares não se vejam privados dos benefícios e regalias que a Política Social e Corporativa concede às gentes Trabalhadoras deste Portugal.

Sindicato Nacional dos Motoristas Marítimos e Fluviais do Distrito de Faro

(Sede em Olhão)

Criado em 28 de Junho de 1954

O seu elenco directivo é composto pelos seguintes sócios: Herlando Baptista Rosa, Presidente; Carlos Fausto do Carmo Valentim, Secretário; e Joaquim Luciano dos Santos, Tesoureiro.

O movimento associativo deste organismo cifra-se em 769 sócios efectivos e 20 contribuintes.

Este Sindicato dá assistência apenas, aos sócios que não beneficiam da Caixa de Previdência e subsídio de funeral 200\$00 e de nascimento 500\$00.

O seu orçamento é da ordem de 60 mil escudos, denotando pobreza de recursos para ir mais além, limitando a sua acção a uma assistência mediocre.

O Plano de Formação Social e Corporativa e a Missão de Acção Social no Algarve

AS Missões de Acção Social que estão integradas na Junta de Acção Social foram previstas na Lei n.º 2085, de Agosto de 1956, a qual criou o Plano de Formação Social e Corporativa.

Sabe-se que toda a Nação que aspira a progredir, rápida e eficazmente, no campo económico, deve desenvolver amplo e aturado esforço no sentido da doutrinação social.

A doutrinação social impõe-se, pois só através do esclarecimento e consciencialização de dirigentes e dirigidos se consegue a riqueza das nações e o bem estar dos povos.

Foi à sombra desta ideia que foram criadas as primeiras Missões de Acção Social que iniciaram as actividades em Março de 1960.

Era necessário dar um impulso à cruzada corporativa lançando mão dos meios mais eficazes de contacto directo com as pessoas, através de uma catequese individual, visando o esclarecimento da opinião e sobretudo das entidades patronais, dos trabalhadores e dos dirigentes corporativos.

Para a completa execução do Plano de Formação Social e Corporativa foi reservado um papel de relevo às Missões de Acção Social que se propõem esclarecer os trabalhadores e as entidades patronais nas próprias comunidades de trabalho, através de processos práticos e eficientes (colóquios, exibição de filmes e diapositivos, etc) sobre temas de índole social: — previdência, abono de família, habitação económica e organização corporativa.

Não é segredo para ninguém que a maioria dos trabalhadores — dirigentes e dirigidos — apesar de directamente beneficiados pelas leis promulgadas, desconhece as vanta-

gens e direitos que as mesmas leis lhe concedem.

Além disso, sempre foi considerada útil a aproximação entre os trabalhadores e as Caixas de Previdência e organismos corporativos criando-se assim, a adesão aos seus princípios e até, muitas vezes verdadeira estima pelas instituições que nunca se justificaram por si mas como criações ao serviço do homem.

Também neste sector, o trabalho das Missões pode ser fecundo, vitalizando as instituições, orientando os beneficiários, esclarecendo dúvidas, corrigindo erros, solicitando melhoria de serviços, etc.

Para a província do Algarve, povoada de gente boa, ordeira e trabalhadora, só em princípios de Setembro de 1962 foi destacada uma Missão, porque as três Missões, criadas inicialmente, foram destinadas aos distritos de Braga, Aveiro e Leiria.

A Missão do distrito de Faro está, portanto, há cerca de

um ano, a exercer a sua actividade no distrito, tendo trabalhado na área de Olhão e cidade de Lagos.

Foram missionados 15 empresas onde se realizaram 90 colóquios que registaram a presença de cerca de 4200 trabalhadores.

Além da tarefa de esclarecimento sobre questões de previdência social e abono de família, foram recebidos cerca de 60 reclamações sobre benefícios preteridos ou não requeridos — quase sempre por ignorância — os quais, tendo sido tomados em consideração por interferência da Missão, representam algumas dezenas de milhares de escudos a favor de pessoas de economia débil como são, em regra, os que vivem do trabalho, assalariado.

Sobre trabalho reservado às Missões de Acção Social no sector da habitação económica, dá-se conhecimento em separado, pôr o mesmo, pela actual-

Continua na 11.ª página



Elucidando os trabalhadores dos directos que são assegurados no caso de reforma por velhice

São as "CASAS DO POVO"

— Elementos para o progresso local e de boa formação para o Povo das Aldeias

POSSUE o Distrito de Faro 21 Casas do Povo, as quais, integradas, na orgânica corporativa rural da Província Sul de Portugal, são a base da unidade familiar da freguesia. Exercem a função social e previdencial, são a associação de socorros mútuos, caixa de previdência, centro cultural e associação de recreio.

Na vida rural da aldeia, tudo se condensa em volta da «Casa do Povo».

Portugal foi sempre um país de charrua, e 60% da sua população vive do e para o campo, por isso o português consolidou-se no ambiente agrícola e, quando se expande, é, ainda, só na agricultura que verdadeiramente se define.

Contam-se por dezenas de milhar, os trabalhadores rurais do Algarve, actualmente associados nas suas «Casas do Povo», que eles consideram o «Centro rural de Cooperação solidária e de convivência».

São esses organismos «um elemento do mais puro nacionalismo», devendo-se-lhe dar o mais amplo auxílio possível, para que a sua missão possa trazer à «grei lusitana» um mais lato sentido corporativo.

Civilizar a ruralidade, manter intactas as tradições, os costumes, o espírito português, é a «palavra de ordem», na presente conjuntura nacional.

Porque as «Casas do Povo» são o centro rural de cooperação solidária e de convivência, todas as suas iniciativas giram à volta duma sede com edifício próprio, visto ser o núcleo rural de acção corporativa.

Na sua maioria, as «Casas do Povo» do distrito de Faro, vivem num clima deficitário,

derem «SER» organismos vivos, úteis e capazes de resolverem os problemas da gente do campo.

É no meio rural, pela convivência dos proprietários e trabalhadores, que se estabelecem laços íntimos e de boa compreensão, que fortalece os princípios corporativos da Nação.

Contudo, folgamos em afirmá-lo: «Existe, nas Casas do

«Tudo quanto respeita a promoção e elevação das populações rurais deve merecer o maior interesse e o maior carinho»

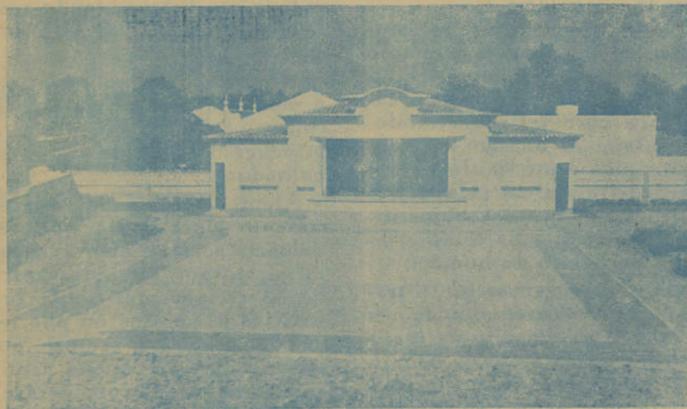
(Prof. Gonçalves de Proença)

Povo, do Algarve, autêntica consciencialização corporativa».

Por estes organismos têm no seu esquema legal uma obra a realizar, e ela bem importante, e porque, eles são, na vida rural, um pequeno mundo, deve existir sempre, e em todos os casos, uma colaboração uniforme e profícua, com outras instituições.

Assim, muito do que se tem feito, deve-se à acção orientadora da Junta Central das Casas do Povo, pelo seu Fundo Comum.

Eis a largos traços, o panorama da acção desenvolvida por algumas Casas do Povo, deste distrito, e, assim começamos pela:



O Parque de Festas da Casa do Povo de Conceição de Tavira

pois os seus «minguados» orçamentos não permitem uma administração desafogada, impedindo-as de estender o seu raio de acção social, no entanto, dentro dos seus parcos «rendimentos» realizam obra meritoria que, nalguns casos, consideram-se «milagres».

Em muitos dos casos, estes organismos, não têm encontrado, nos serviços públicos e autarquias locais, aquele apoio necessário para verem facilitada a sua acção de molde a sentirem-se amparadas e assistidas na concretização dos seus anseios e fins.

Uma boa coordenação de esforços, uma unidade de conjunto, é função de «boa política», pois o pensamento corporativista não pode «arrefecer» e muito menos ser «traído».

É no ambiente rural que revivem tradições de puro «portuguesismo» e onde residem «agentes» do mais fino quilate pátrio, da grei lusitana.

É nas «Casas do Povo» que melhor se resolve a assistência e previdência rurais, logo, esses organismos carecem de um mais eficiente apoio, para po-

Casa do Povo da Conceição de Tavira

Criada em 23/Novembro/1934

400 sócios efectivos, 380 contribuintes e 4 protectores.

No sector da «Previdência e Assistência», tem este organismo despendido em, assistência Médica-310 contos; por subsídios de doença-54 mil escudos, por morte-cerca de 18 mil escudos; por invalidez-269 contos, Medicamentos,122.405\$ e por outros subsídios como sejam; casamentos, bodos a pobres, nascimentos de filhos e vestuário a filhos de sócios pobres, 35 contos.

Números bem expressivos e que atestam bem a acção meritória de protecção e amparo aos trabalhadores pobres seus associados.

No clima de «Cooperação Social», tem pugnado pela boa harmonia entre patrões e trabalhadores, conseguindo pleno êxito neste aspecto de sua missão.

Na «Defesa dos Interesses dos trabalhadores», tem este organismo procurado a dignificação do trabalhador e melhoria das suas condições de

vida, pela obtenção de um salário justo e equitativo.

Por muitos esforços que tenha feito no sentido da efectivação de um acordo Colectivo de Trabalho, ainda não viu realizada a concretização desta sua aspiração.

«Melhoramentos locais». A sua acção neste campo é de salientar a sua interferência, pois tem participado na solução de vários melhoramentos na sede da freguesia, como sejam: abertura de poços públicos e abertura e reparação de várias estradas e caminhos públicos e ruas da povoação e obras de sanidade, em colaboração com os interessados e autarquias locais, no que já despendeu cerca de 300 contos.

Cultura e Acção educativa: Criou e mantém 2 cursos nocturnos masculinos para adultos; um curso complementar de aprendizagem agrícola e vários cursos de costura e bordados para filhas de sócios, no que já despendeu 44.087\$70.

Mantem o seu Grupo Folclórico, o qual de grande nomeada e pleno de êxitos, muito tem prestigiado a Casa do Povo e o Concelho de Tavira, nas suas actuações no País e além-fronteiras.

Podem-se afirmar que das 21 Casas do Povo do distrito, a Casa do Povo da Conceição de Tavira, é, hoje, uma das que mais prestígio goza no Algarve e tem cumprido a Doutrina Corporativa, tornando-se num elemento notável no clima da Organização Corporativa da Nação.

Tem em construção a sua nova Sede, obra participada pela Junta Central das Casas do Povo e Fundo de Desemprego, onde vão ser gastos cerca de 400 contos.

Casa do Povo da Luz-Tavira

Criada em 9 de Maio-1934

— Dos elementos respeitantes à actividade deste organismo, que se consideram bem valiosos e que revelam obra útil e profícua em prol dos rurais de tão rica freguesia, destacamos, por mais expressivos, os seguintes:

«Cooperação Social» Do acordo de cooperação estabelecido com os Serviços Médicos Sociais, das Caixas de Previdência, para prestação de assistência médica aos beneficiários e seus familiares tem, esta Casa do Povo, desde a sua fundação, gastos em subsídios, auxílios à infância e a famílias numerosas, vestuário, medicamentos e prémios a trabalhadores e a bodos a pobres, a importância de Esc. 771.768\$70

«Em Melhoramentos rurais» dispendeu também para reparação de caminhos e estradas, a quantia de 12 mil escudos.

«Acção cultural e Educativa» Tem sido muito activa a sua actividade neste campo.

Tem vindo realizando sessões de cinema quinzenalmente com filmes de 16 m. integrados no Plano de Formação Social e Corporativa da Junta da Acção Social, e sessões de televisão, e todas elas gratuitamente, beneficiando os associados e suas famílias.

Além de dispôr de uma Biblioteca e dois aparelhos de telefonia, mantém um sector desportivo em que compreende futebol, basquetebol, voleibol e ténis de mesa.

No campo folclórico, dispõe de um Rancho, criado recentemente, tendo-se exibido com muito agrado nas Festas da Misericórdia de Tavira, nas Festas religiosas de Estoi e no



O edifício da Casa do Povo de Luz de Tavira

seu Parque de diversões, na Sede da sua Casa do Povo.

Tem realizado festas nas épocas estivais, no seu Parque, trazendo a esta freguesia os melhores artistas da Rádio e de patinagem artística.

O seu movimento associativo firma-se, presentemente, em: 353 sócios efectivos, 683 contribuintes, 24 protectores.

Beneficiários do Fundo de Previdência: 21.

Casa do Povo de Paderne

Fundada em 16/Abril/940

É, também, bastante significativa, a acção deste organismo. Pois no campo de «Assistência e Previdência», desde 1943 a 1962, já despendeu quase mil contos. (972.974\$75).

Está em estudo o projecto de construção de uma sede própria.

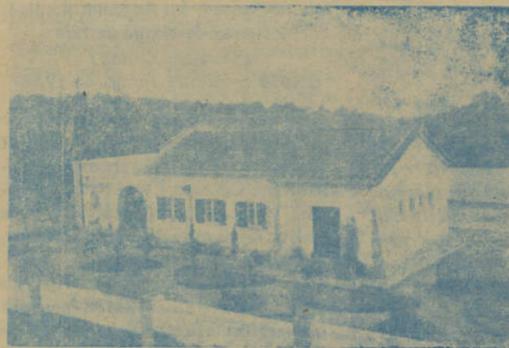
«Melhoramentos locais»: gastou em obras de interesse público — 13 mil escudos.

«Sector Cultural»: Esta Casa do Povo mantém, com muito sacrifício, uma Banda Musical. Grupo musical de tradições, carecendo dum apoio substancial das entidades oficiais que o podem fazer. Se assim não se verificar, tende a desaparecer um agrupamento musical que já possui interessante palmarés e que está na origem das tradições do bom povo padernense.

Promovido pela Federação das Casas do Povo do Distrito de Faro, iniciou-se nesta Casa do Povo, o primeiro curso de Formação Familiar Rural, com bastante êxito, e muito bem frequentado, o qual é dirigido pela agente rural de Formação Familiar, sr.ª D. Amélia Madeira Clemente.

Estes cursos têm por fim: preparar a mulher do campo para o lar, através de ensinamentos práticos que compreendem noções de costura, bordados, economia doméstica, puericultura, enfermagem caseira, formação familiar e outros.

Cifra-se em 1.757 o número de sócios, quer efectivos, quer contribuintes.



Casa do Povo de S. Bartolomeu de Messines

Criada em 14/Dezembro/1934

Também tem a sua história e ela bem vincada no clima corporativo pela sua acção desenvolvida desde a sua fundação.

Entre sócios efectivos e contribuintes, é de 1274 os que

contribuem para que obra útil se produza em defesa dos rurais desta localidade. Em «Assistência e Previdência», consistindo em medicamentos, médico, subsídios vários, gastou, desde 1960 a 1963; — 276.735\$.

No campo «Cultural e Recreativo», possui uma excelente e valiosa Biblioteca que tem sido muito frequentada. Também no Desporto tem desenvolvido a acção relevante, através do seu grupo de futebol.

Possue esta Casa do Povo, sede própria, onde se realizam festas de características populares e recreativas.

Casa do Povo de Alte

Criada em 11/Maio/1938

Outro organismo corporativo rural, que tem desenvolvido intensa acção assistencial aos seus associados, pois nestes últimos três anos, já gastou com «Assistência e Previdência», o montante de 267.455\$.

Mantém o seu Rancho Folclórico, de belas tradições, com um palmarés bastante alucinante, através das suas multipulas actuações no Algarve, no País e no estrangeiro.

Casa do Povo de Monchique

Criada em 6/Outubro/1936

O seu movimento associativo cifra-se em 1.582.

Com «Assistência e Previdência», de 1960 a 1963, dispendeu já 255.314\$80.

No sector «Acção Cultural e Educativa», mantém a Filarmónica local que se-lhe agregou desde 1948. Ultimamente, devido a muitos dos seus componentes terem sido chamados a prestar serviços militar no Ultramar, a Banda não tem exercido a sua acção. No entanto, para o preenchimento das vagas está a funcionar nas dependências desta Casa do Povo, uma escola de música, ministrada por um profissional.

Outras «Casas do Povo», como a de Martinlongo, do Concelho de Alcoutim, em regime de Comissão Administrativa, a qual tomou posse em 19 de Agosto findo, aspira de há muito a possuir um edifício

A SEDE DA CASA DO POVO DE SANTA CATARINA

para Sede própria, pois no edifício onde está actualmente instalada, é impróprio e não serve os fins, pois a entrada é feita pela porta do quintal.

Continua na 2.ª Página

Assinal o «Povo Algarvio»

A Caixa de Previdência do Distrito

abrangerá cerca de 40 000 trabalhadores algarvios nos benefícios da Previdência e Abono de Família

A Caixa de Previdência do Distrito de Faro, criada por Portaria de 28 de Março de 1961, iniciou o seu funcionamento em 1 de Março de 1962, instalando a sua Sede num vasto imóvel, que alugou, na rua Infante D. Henrique, n.º 34 em Faro, (antigo Grande Hotel).

Os seus serviços que começaram com 11 funcionários conta já hoje com 40.

Esta instituição deverá abranger nos benefícios da Previdência e Abono de Família, todas as colectividades do Distrito já abrangidas por Caixas específicas de âmbito nacional, que se vão desintegrando, e outras actividades que no Algarve ainda não beneficiavam das concessões da Previdência.

Depois de finda a sua organização, está calculado em 40.000 Trabalhadores algarvios, que dela beneficiarão.

Presentemente, conta já perto de 12.000 beneficiários e 1.453 entidades patronais, distribuídos nas seguintes actividades: Alfaiates, Associações culturais, Associações desportivas, Associações recreativas, Barbeiros e Cabeleireiros, Construção Civil, Estivadores, Ferreiros, Frutos Secos, Vimes e palma, Colégios, Cooperativas, Consultórios Médicos e de Advogados, Vinhos, Agências comerciais, Indústria Hoteleira, Indústria Corticeira, Tipógrafos, Litógrafos e Offícios Correlativos, Indústrias de Carpintaria, Marcenaria e Serração de Madeiras.

Os benefícios do seu esquema são: Abono de família, subsídios de casamento, nascimento e aleitação; assistência médica, farmacêutica e hos-

pitalar para o beneficiário e seus familiares; subsídios pecuniários na doença; subsídios

por morte; pensões de reforma por velhice e invalidez; empréstimos, nos termos da Lei

2.092 para construção, aquisição ou beneficiação de residências para os beneficiários; e ainda, à margem do regulamento, participações para: óculos, placas dentárias, assistência medicamentosa extra-esquema, cintas e aparelhos ortopédicos e internamentos hospitalares, etc.

Da sua actividade, desde Março de 1962 a Julho de 1963, esta Caixa de Previdência já dispendeu com: Abono de Família - Esc. 3.499.845\$00, beneficiando 3.438 beneficiários; em subsídios de casamento, nascimento e aleitação, Esc. 95.600\$00; por assistência médica e farmacêutica, 200 956\$; subsídio pecuniário na doença, 141 contos; por subsídios por morte a herdeiros de beneficiários, 19.549\$50.

Dando cumprimento à Lei n.º 2.092 para construção de residência, tem já 1 processo realizado e 3 processos em formação.

De empréstimos concedidos para este efeito, já foi concedido um, da importância de 42.000\$00. Outros se seguirão

De benefícios concedidos à margem do Regulamento pelo Fundo de Assistência, utiliza-

ram já dessa concessão 29 beneficiários.

Em pouco mais de um ano de existência, os números atrás enumerados, já dizem do muito que esta Instituição tem feito em prol dos seus milhares de beneficiários que, quando todas as entidades patronais estiverem integradas, abrangendo todo o distrito, a sua acção será de uma operosidade notável, que marcará como «uma pedra branca» no clima da Política da Previdência Social.

Caseiro

Oferece-se, para propriedade de de sequeiro ou regadio.

Nesta Redacção se informa.

Mecânico

Oferece-se, com carta de ligeiros e tractor, para todo o serviço, conhecendo também todos os serviços de lavoura.

Nesta Redacção se informa.

Assinal o «Povo Algarvio»



Instituição Mutuante:
Caixa de Previdência dos Transportes Automóveis
Beneficiário: Rafael Simões de Miranda
Valor da construção 44.750\$00
Valor do empréstimo 28.000\$00
Prestação mensal 156\$40
Prazo de amortização: 25 anos

O ALGARVE CORPORATIVO e as «CASAS dos PESCADORES»

POR mais de uma vez nos temos ocupado do labor das gentes do mar da Província Sul. O Algarve, província

marinheira por excelência, alfobre de pescadores e de marinheiros — navegadores, que escreveram páginas de histó-

A Organização Corporativa, no Algarve, tem nas «CASAS DOS PESCADORES», um baluarte «ímpar» de assistência social que beneficia 72 000 pessoas da família piscatória de Portugal

ria na era dos Descobrimentos, sucedendo-se de gerações a gerações, constitui hoje, sem dúvida alguma, umas das regiões em que a pesca ocupa lugar primário, fonte de riqueza para a sua população e para a economia nacional.

O pescador algarvio vai à Gronelândia e às longínquas paragens da Terra Nova, à pesca do «fiel amigo» (são da Fuzeta, de Lagos e de Tavira); é vê-los na pesca do arrasto, no Cabo Branco; na pesca na alta «faina» do atum e nas pescas da sardinha e costeira.

Desde muito novos, ao lado dos seus progenitores, recebem o «baptismo da água salgada» familiarizando-se com o Mar, esse «Mar Salgado» que lhes dá o pão e lhes rouba a vida.

Pois são esses «lobos do mar», outrora abandonados e sem protecção, que hoje vêm o seu trabalho dignificado e a sua condição de trabalhador protegida, através da Organização Corporativa que a Revolução criou.

Com o Sistema Corporativo Português e porque se reconheceu a necessidade de acudir às gentes do mar, surgiram as «Casas dos Pescadores» — «organismos de carácter perfeitamente original e só por si são padrões de individualidade e de eficiência do Corporativismo português».

Tem o Algarve, de Vila Real de Santo António a Sagres, cinco desses «lares piscatórios» que têm realizado obra meritória em prol do pescador algarvio.

Situam-se esses organismos corporativos nas seguintes lo-

calidades: Tavira Olhão, Portimão e Lagos.

A de Tavira, conta já 29 anos de existência, pois foi inaugurada em 4 de Abril de 1934. Tem uma secção no importante centro pesqueiro de Vila Real. Olhão, grande centro piscatório do Sotavento algarvio, viu a sua «Casa dos Pescadores» inaugurada em 3 de Agosto de 1942.

Seguiu-se Faro, a bela cidade capital da Província e sede da Diocese do Algarve, inaugurando a sua «Casa de Pescadores», para depois, assistir-se à inauguração da «Casa dos Pescadores», de Lagos velho burgo de nobres tradições marítimas.

Portimão, o maior centro pesqueiro do Barlavento algarvio, com uma frota da ordem de 200 embarcações motorizadas, possui também a sua «Casa dos Pescadores», e com uma secção no centro piscatório de Albufeira, inaugurada em 19 de Julho de 1953.

* * *

A Obra realizada por estas «Casas dos Pescadores» deve-se à Junta Central das Casas dos Pescadores, de que é Presidente, o sr. Almirante Henrique Tenreiro

O surto de realizações levadas a cabo no Algarve na defesa e dignificação das suas gentes marítimas, tem contribuído para que beneficiem duma assistência e Previdência Social, sem paralelo, que vai desde médico-medicamentosa ao seguro social, da educação e preparação profissional à as-

Continua na 8.ª página

GRÉMIO DOS INDUSTRIAIS DE PANIFICAÇÃO DE FARO

Decreto-lei n.º 26 891 — Decreto n.º 31 545 — Portaria n.º 9 985

SEDE — RUA IVENS — FARO

DELEGADO DO INSTITUTO NACIONAL DO PÃO
Engenheiro-Agrónomo — JOAO MARIA CABRAL

CONSELHO GERAL

Presidente — João António Pacheco
1.º Secretário — Jaqueline José Rodrigues Telo
2.º Secretário — Amádio Guerreiro Amado

Vogals

Abel Guerreiro Gomes
José Faustino da Costa
José Mateus Pereira
João Alves Simões da Silva
José António Carochinho
António Gomes Toledo
Porfírio Almeida
José de Sousa Teodoro Júnior
Severino Correia do Nascimento (substituído após o seu falecimento ocorrido em 25 de Outubro de 1962, pelo vogal substituto Joaquim Gonçalves)

DIRECÇÃO

Presidente — Rafael Pedro Pereira
Vice-Presidente — Martinho Rosado Pereira
Secretário — Joaquim Domingos

Breves Impressões (1)

QUANDO me ausento para terras estranhas, quer de Portugal, quer do estrangeiro, procuro, além das belezas locais, contactar com as gentes; conhecer o modo de vida das populações, a sua maneira de ser, os seus usos e costumes, e tudo, o mais que possa despertar o meu interesse.

É certo que são poucas vezes. Por um lado, os meus afazeres não me consentem, e, por outro, não sou rico, pelo que não posso dar-me a lúxos desusados...

No entanto, sempre que o faço, trago no meu borsal de recordações os apontamentos mais diversos.

Ora, são alguns fragmentos das «notas» que colhi durante a minha última viagem a terras de Espanha que vou dar ao Povo Algarvio, cujo Director e meu Amigo poderá fazer deles o uso que entender, incluindo, até, o de os lançar no cesto dos papéis inúteis...

Antes de mais, devo dizer que os referidos fragmentos não obedecem a um roteiro previamente determinado. Consequentemente, tanto posso referir a Galiza, para voltar à Andaluzia, como falar de Madrid ou de Salamanca, para tornar a Manzanares, e assim sucessivamente.

A primeira coisa que despertou a minha atenção, ao percorrer, após poucos quilómetros, as estradas de Espanha, foi a condução, verdadeiramente modelar, que se observa nas mesmas estradas.

As grandes velocidades não excluem, para os carros de matrícula espanhola... Além disto, o automobilista espanhol, salvo esporádicas e raríssimas excepções, segue sempre na sua mão e não é fácil vê-lo fazer «manobras erráticas».

Quanto aos condutores de pesados camiões e de pequenas camionetas de carga, inúmeros nas estradas de Espanha; há que louvá-los, por três circunstâncias: — a de nunca transgredirem a velocidade que legalmente está fixada para as suas viaturas; a de facilmente darem passagem a quem a solicita; e a de baixarem a intensidade dos faróis nos cruzamentos nocturnos.

Efectivamente, todos os mencionados veículos têm, na parte de trás, um número, grande e bem visível, (80, 70, 60, 50) que marca a velocidade máxima a que podem marchar pelas estradas. Pois nunca vi que aquelas velocidades fossem excedidas.

Passando à segunda das apontadas circunstâncias, as ultrapassagens são bastante facilitadas pelos condutores das viaturas a ultrapassar. Tanto isto é certo que, de noite, é normal ver-se iluminar um farolim de cor verde, à retaguarda dum camião, indicando que o veículo que segue atrás pode fazer a pedida ultrapassagem.

E sobre o «corte de luzes» é raro aquele condutor que o não faz. Mas se isto acontece alguma vez, basta um simples sinal do «auto contrário» para chamar o condutor esquecido ao cumprimento do seu dever.

Apreçemo-nos agora o flagelo das bicicletas:

Aproximei-me de muitas localidades à hora em que centenas e centenas de indivíduos segulam, saídos do trabalho, pela estrada, montando as suas bicicletas, motorizadas ou não.

Todos eles — mas todos, repare-se — marchavam em fila indiana, nunca a par, e sempre a reduzidíssima velocidade. Além disso, segulam pela berma da estrada e, excepcionalmente, um ou outro pela faixa alcatroada mas completamente encostados à sua mão, rente à berma respectiva.

Estes factos despertaram a nossa atenção — a minha, a de minha mulher e a de meus filhos — por não estarmos habituados a vê-los...

Em todas as regiões que percorri, o peão e o homem do «burrico» seguem sempre pela berma da estrada, com excepção apenas, pelo que presenciei, de certa parte da Galiza. Mas aí, segundo creio, a diferença tem uma explicação: — a da estrada não ter, praticamente, berma alguma.

Nas grandes cidades de Espanha não se vstumbra o peão que ostensivamente e, mesmo, ofensivamente, atravessa a rua, no momento em que um automóvel vai a passar, para, zombeteiramente e

Continua na 12.ª página

FUTEBOL Taça de Portugal

Hoje em Faro: Farense — Salmgueiros.

Olhanense, derrotado pela Cuf, Lusitano, vencido pelo Vianense e Portimonense eliminado pelo Leixões, deixaram de estar presentes na Taça de Portugal.

CICLISMO

O Sporting em Tavira

Realiza-se no próximo dia 20 do corrente, pelas 15 horas, na pista do Ginásio de Tavira, um grandioso festival de ciclismo, com a participação da equipa do Sporting Clube de Portugal, formada pelos seus melhores ciclistas, entre os quais João Roque, vencedor da última Volta a Portugal. Deverá também tomar parte neste festival, a valorosa representação do Louletano. Disputar-se-ão provas para populares, amadores e independentes.

TOTOBOLA

5.ª jornada 20/10/963

Nome: «Povo Algarvio»

Morada: TAVIRA

1	Guimarães — Sporting.	x
2	Belenenses — Lusitano.	1
3	Barcelense — Leixões.	2
4	Seixal — Olhanense.	2
5	Boavista — Sanjoana.	1
6	Leça — Espinho.	1
7	Ferrense — B. Mar.	2
8	Famalicão — Covilhã.	x
9	Vianense — Braga.	1
10	Leões — Montijo.	x
11	Beja — Atlético.	2
12	Oriental — C. Piedade.	2
13	Lus. V. R. — Peniche.	2

Jorge Cruz

JARDINS SUSPENSOS

O título recorda uma das sete maravilhas do mundo, nos tempos arqui-ditosos em que as maravilhas do mundo se reduziam ao número sagrado de sete, nos Larousse, nos Aquiles Monteverde e noutros muito familiares depósitos de sabedoria humana, concatenada dentro dos limites das conveniências.

Depois, as referidas maravilhas tornaram-se tão numerosas que ninguém podia gabar-se de as dar por contadas e, mais tarde, caíram em tão completo desabono que já nem correm, como as moedas de vintém.

Ninguém pode conceber que espécie de coisa se inventaria que pudesse maravilhar o animal humano, mesmo o mais bastardinho em conhecimentos e civilização.

E, enfim, para nos maravilharemos ficaram umas maravilhas douradas ou alaranjadas, que também se chamam calêndulas e se dão nos alegretes dos já raros quintais provincianos e nos jardins sem pretenções que são os mais belos.

Das maravilhas e jardins viemos parar às flores, matéria destas ligeiras notas que nada inculcam como jardins de pensamentos, apesar dos cardos e aves — pelo menos as do costume — Se todo o pensamento é uma flor, abeirar-se dum assunto em que entram flores deve ser particularmente florido e ajardinado, com licença dos arcades de serviço.

De há tempos que os jardins mais viçosos engaleiram nos passeios das ruas, apesar dos mais heróicos e devotados combates, (as fronteiras dos poe-

mas épicos não chegam para os cantar e os vates desistiram dum todo), as flores dos referidos deram semente, as sementes voaram e medraram em cima dos telhados. Vai daí os artistas com voto no assunto acharam encantadores estes jardins suspensos e mandaram que se construíssem telhados, muitos telhados regionais e a regionalizar, por aclimação, e sobre eles cresceram as delicadas flores dos fenos, que o Poeta dos salmos ensina que, na sua pouca duração, se assemelham à vida humana.

Há ainda outro prato forte de modo de se apresentarem jardins suspensos: os vasos nas sacadas. De vez em quando, os ilustres Selenitas reclamaram-no como quem reclama o bife no talho, mas esses tão reclamados jardins destinam-se a quem quiser manter o seu palácio no aparato duma residência de séculos, com grades ferrugentas, roda-pés e janelas meio apodrecidas, tapetes de musgo e cabelugens de ervas parietárias. Dão um ar romântico, barroco, mas no fim saem caros, tão caros os arranjos que, em geral, vai tudo para a ruína, espécie de convento como o de Ofélia, «donde jamais saiu, quem lá uma vez entrou», assim dizia António Nobre.

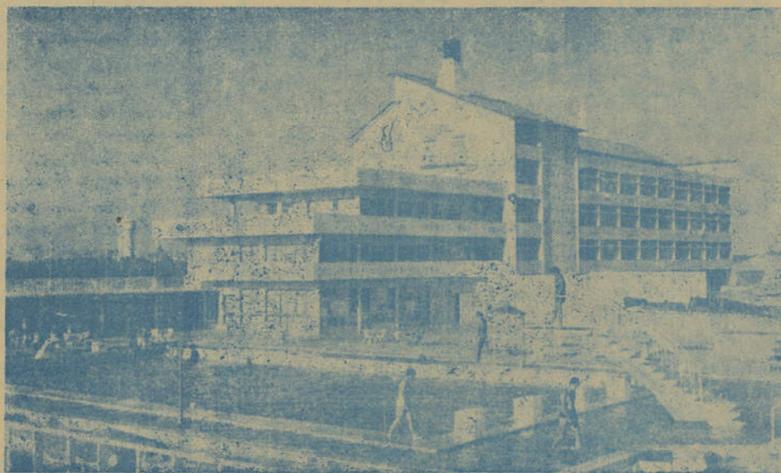
Jardins nas varandas, com as ruas em estado de asseio estilo árabe na Península, seria dar às cidades e vilas aquele diploma de «cabeça de rainha e pés de mesquinha», e ver rua a fora, uma correnteza de verduras poeirentas e esgrouviadas sobre o estado já endé-

Continua na 12.ª página

HOTEL VASCO DA GAMA

1.ª CLASSE - A

MONTE GORDO — ALGARVE — PORTUGAL



ABERTO TODO O ANO

100 QUARTOS COM BANHO — BUNGALOWS — RESTAURANTE

ESTUPENDA VISTA SOBRE O MAR E PINHAL — PISCINA,

BOITE, BOX E ESTAÇÃO DE SERVIÇO PRIVATIVAS

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO — ALGARVE — Telef: 321-322-323

As Actividades Agremiatiuas do Algarve

Continuação da 8.ª página

No âmbito da primeira, poderemos considerar os tratamentos fito-sanitários, realizados através do Posto de Sanidade Vegetal de Tavira, integrado neste Grémio desde 1943, abrangendo, inicialmente, todo o Sotavento do Algarve. Salvo erro, foi este o primeiro Grémio da Lavoura do Algarve a integrar tais serviços. Servido por aparelhagem adequada e dispondo de pessoal especializado, está este Posto, que funciona em íntima colaboração com a Estação Agrária da XV Região Agrícola, com sede nesta cidade, apto a satisfazer todas as requisições apresentadas pela Lavoura, para combater tão eficiente quanto possível, às pragas e doenças que, frequentemente, atacam as produções, inutilizando-as por vezes, desvalorizando-as, por outras.

Ponto é que a Lavoura recorra, com a devida oportunidade aos seus serviços, estes, dedicadamente, procurarão sempre os métodos mais eficientes de combate, preservando valiosas produções que se poderiam perder ou cujo valor se poderia minimizar.

Além disso proporcionamos por nosso intermédio gratuitamente, análises de terrenos, habilitando os lavradores interessados a conhecer, efectivamente, quais as adubações a empregar em função da natureza dos terrenos e espécies a cultivar. Procura-se, deste modo, furçar a lavoura à prática de adubações por hábito, para adubações racionais que lhe possam aumentar a rentabilidade das suas culturas como se impõe.

Quanto a assistência financeira, processa-se por diversas vias; através da Campanha do Trigo, através do crédito agrícola mútuo e ainda, por financiamentos directos que outra coisa não representam os fornecimentos a crédito aos nossos associados.

Através da Campanha do Trigo fizeram-se 63 financiamentos na Campanha de 1960 e 1961, da ordem dos 850 000\$, na de 1961-62, na ordem dos 780 000\$00 e na de 1962-63, 59 financiamentos, na ordem dos 720 000\$00; no crédito agrícola mútuo, estão mutuados mais de 2 000 contos, estes para pagamento a largo prazo com amortizações anuais mínimas e, finalmente, como acção directa do Grémio, os fornecimentos da prestação de serviços a crédito, têm oscilado na ordem dos 1 200, 1 300 e 1 500 contos, respectivamente.

Dispõe este Grémio dum parque de material agrícola constituído por 5 debulhadoras Tramagal, 6 tractores Fordson Major, 2 atrelados, uma ceifeira atadeira, 2 máquinas descafoladoras e descamisadoras de milho «Ransomes» de alto rendimento, uma charrua

de discos, 3 de ferros, etc., no qual foram investidos mais de 1 300 contos.

Há mais material a adquirir para se poder servir convenientemente a lavoura associada, mas há que prosseguir, embora lentamente, tanto mais que os investimentos efectuados o foram, exclusivamente mediante capitais próprios e sob responsabilidade pessoal dos directores.

Quando da parada de material agrícola levada a efeito por altura da inauguração do Núcleo de Silos da F. N. P. T. em Abril de 1957, desfile impressionante que surpreendeu agradavelmente as entidades oficiais presentes, o Subsecretário de Estado da Agricultura de então, sr. Eng.ª Victória Pires, teve, no seu brilhante discurso, as mais elogiosas referências à actuação frutuosa e objectiva do Grémio da Lavoura de Tavira, classificando-o, em relação aos seus pares de «pioneiro na mecanização da agricultura».

Em nosso entender, a acção mais relevante a levar a cabo pelos Grémios da Lavoura do Algarve — e não apenas por qualquer deles — consistiria na comercialização dos frutos secos, verdes e produtos hortícolas, problema que, pela sua magnitude, teria de ser encarado com ampla visão e agudo sentido das realidades. Mas, precisamente pela sua extraordinária importância, a resolução de tal problema implicará o investimento de tão volumosos capitais que não se vislumbra a possibilidade do seu enquadramento eficiente sem financiamento estatal.

O volume de transacções realizadas nos anos de 1951-62 é do montante de 3 969 016\$45.

Números bem significativos e que mostram de forma clara e inofismável, o êxito de uma escrupulosa administração, orientada num clima de sã política agrícola e corporativa.

Como atrás dizemos, são quatro, os Grémios do Comércio que presentemente desenvolvem as suas actividades. Destes, temos o Grémio do Comércio do Concelho de Faro, com sede na Rua da Marinha n.º 11, 1.º na cidade de Faro. Criado por Alvará de 5 de Abril de 1940, começou a sua actividade em 30 daquele mês e ano, neste concelho. Presentemente, o número de agremiados é de 720 e dentro em breve, abrangerá o concelho de S. Brás de Alportel, aguardando apenas o despacho do Ministro. Assim será aumentado o registo de associados, com a vinda de cerca de mais 200 firmas.

Preside aos seus destinos, o conceituado comerciante da cidade de Faro, sr. Francisco Martins Seruca, que tem por Secretário e Tesoureiro, os conceituados comerciantes desta praça respectivamente, os

Humorismo

Internacional

De Acordo:

Em certa roda elegante falava-se de explosivos. Um garboso oficial do Exército dizia: — Os mais violentos explosivos que se conhecem e fazem mais estragos, são, como é sabido, a Dinamite, a Melanite, etc.

— É singular, — diz um dos ouvintes —, os maiores explosivos terminam em ITE...

— Neste momento o Rangel, que se acava a um canto diz à mulher:

— Comprando agora porque a tua mãe se chama JUDITEI...

Definição

— Então Você está noiva?
— Sim!
— E quando é o casório?
— Oh! Não há pressa... «somos ainda muito jovens...»
— Cuidado, menina, muito cuidado. Olhe que o marido é como o sorvete: se não se tomar depressa, acaba por desaparecer!



Teatro António Pinheiro

— Espectáculos da semana Hoje apresenta para maiores de 17 anos, *Tóto Fidalgo*, com Delia Scala, em cinemascopo. Em complemento, *Fim de Semana no Ascensor*, com Joanne Moreau e Maurice Ronet.

Quinta-feira, para maiores de 12, *O Testamento do Médico e do Monstro*, com Jean Louis Harrault.

Sábado, para maiores de 17, *Pagas ou Morres*, com Ernest Borgnine.

Farmácia de serviço—Está de serviço urgente, durante a presente semana, a Farmácia Simplício

srs: José António Baptista e Fernando José Carminho.

Este organismo tem por chefe de serviços, o bom corporativista, sr. Justino S. Santos Godinho.

A acção deste Grémio, está na função de dar uma assistência permanente aos seus agremiados, através de Circulares, em que trata de todos os assuntos que interessa a classe que representa.

Temos também o Grémio do Comércio Concelho de Olhão, criado em 18 de Novembro de 1941, que tem por sócios 1 079 comerciantes do concelho onde exerce a sua actividade.

A sua direcção é composta pelos srs: Eugénio Guerreiro Corrêa, Presidente; Feliciano José Alves, Secretário; Manuel Lourenço Dias Junior, Tesoureiro.

Nos seus 22 anos de existência, este organismo corporativo tem realizado uma interessante obra que se traduz numa assistência profícua beneficiando os seus agremiados na resolução de problemas que dizem respeito aos interesses da colectividade.

OS CIRCOS

Os espectáculos tiveram basta concorrência pois basta dizer-se que iniciaram as suas exhibições em 4 e terminaram em 9, inclusive. Seis dias seguidos de actuações afirmam bem a presença de alguns milhares de pessoas.

Muito embora sem relevo especial dado a dificuldades de deslocação de artistas para tournées desta natureza, os Circos duma maneira geral agradaram ao público que os aplaudiu com entusiasmo.

Sem preter termos estabelecer confrontos entre os dois espectáculos, na apreciação dos seus números e execução artística, delegamos tal missão ao público e pelo que auscultamos o seu preferido foi o «Cardinalis», muito embora gostasse do «Royal» que tantas vezes tem visitado a Feira de Tavira.

De facto os trabalhos do «Cardinalis» talvez tenham um sabor mais artístico de circo e daí a razão da preferência que o público lhe deu.

Desde o pintor excêntrico ao burro amestrado, tudo nos transporta a um ambiente de Coliseu, muito embora lhe falte a equipa de trabalhos equestres que há 60 anos lhe davam o honroso título do melhor Circo que percorria o País.

No «Royal», nota-se uma repetição de trabalhos já vistos em anos anteriores muito embora se veja com muito agrado.

Agora que ambos iniciam a sua volta pelo Algarve, cremos que o público não deixará de lhe tributar os seus aplausos.

Tribunal Judicial Comarca de Tavira

ANÚNCIO

1.ª Publicação

Faz-se saber que no dia 22 do corrente mês de Outubro, pelas 10 horas, à porta do Tribunal desta comarca e na execução de sentença que a Agência do Banco Nacional Ultramarino nesta cidade move contra: Manuel Joaquim Junior, casado, ferroviário, morador nesta cidade; «VAMA» Sociedade Comercial e Industrial, Limitada, com sede na Rua de Avis, número treze 3.º-Esq. no Porto; Vasco Burmester Martins e sua ex-mulher D. Maria de Oliveira Martins Burmester Martins, ele comerciante e ela doméstica, moradores na Avenida Montevideu n.º 666, Foz do Douro — Porto, há-de ser posto em praça pela primeira vez, para ser arrematado ao maior lance oferecido acima do valor que adiante se indica, o seguinte prédio: — Prédio rústico, no sítio do Valongo ou Catiua, freguesia da Conceição deste concelho e comarca, que consta de terra de semear, oliveiras, amendoeiras, figueiras, uma alfarrobeira e casas de moradia e suas dependências, a confrontar do nascente com Segismundo Horta, do norte com herdeiros de Catarina Gago, do poente com João da Horta e do sul com o caminho, inscrita na matriz predial rústica da aludida freguesia sob o artigo 196 e na predial urbana sob o artigo 377, com os valores matriciais, respectivamente, de mil setecentos e setenta e seis escudos e sete mil e cinquenta escudos, a que corresponde o valor matricial corrigido total de oito mil oitocentos e vinte e seis escudos, valor por que vai à praça.

Tavira, 4 de Outubro de 1963.

O Juiz de Direito

a) João Carlos Leitão Beça Pereira

O Escrivão de Direito

a) João Faustino Nunes Gonçalves

Tribunal Judicial de COIMBRA

1.º Juízo — 1.ª Secção

ANÚNCIOS

1.ª publicação

Faz-se saber que nos autos de execução de sentença que o executante José Joaquim Baltazar, casado, comerciante, desta cidade de Coimbra, move contra os executados: José Nicolau Chagas e mulher Maria Custódio Santos Rodrigues, ele comerciante e ela doméstica, ausentes em parte incerta de Angola, com última morada conhecida na Fuzeta, comarca de Olhão, foi ordenada penhora nos bens dos executados que incidiu sobre a sua propriedade de metade e a propriedade plena da restante metade de um prédio rústico, no sítio da Maragota, freguesia de Moncarapacho, comarca de Olhão, inscrita na matriz sob o art.º 1 324 e descrita na Conservatória do Registo Predial de Olhão sob o n.º 15 818. fls. 174 - V.º, L.º B-40.

Coimbra, 4 de Outubro de 1963.

O Juiz de Direito

a) Joaquim Pinto da Rocha e Cunha

O Escrivão

a) António Leitão

Agradecimento

A família de Maria de Ascensão Trindade, que foi residente no sítio do Laranjeiro Moncarapacho, vem por este meio agradecer a todos as pessoas que se dignaram acompanhá-lo à sua última morada e a todas que, directa ou indirectamente, lhe manifestaram o seu pesar.

Trabalhos Topográficos

Executam-se a preços moderados

MATAMOUROS

Rua Dr. Emiliano da Costa — F A R O

Com a vela CHAMPION

adequada, o motor do seu automóvel arranca melhor e trabalha mais suavemente

CHAMPION

CHAMPION, a vela de maior vende no Mundo

Presentemente, todas as velas CHAMPION têm um acabamento metálico (prelado) contra a corrosão.

Os 5 ressaltos do isolador — em exclusivo CHAMPION — asseguram um isolamento mais perfeito.

 N-9-V Para Fiat 1300, 1500, 1600 B, 2300 e 2300 S.	 L-7 Para Fiat 500, 600, 1100, 1200, 1600 e 2000.	 L-29-V Para Citroën, Peugeot, Renault e Simca.
--	--	--

As velas CHAMPION ajudam a economizar! O electrodo CHAMPION "Power-fire" garante à vela um poder de ignição total, durante toda a sua vida. A vedação especial com "Sillment" evita quaisquer fugas de compressão.

A vende em todas as boas casas de especialidade

ALGUMAS PALAVRAS

Continuação da 2.ª página

por vezes aparecem são fundamentalmente devidas a falta de adequado esclarecimento. Os proprietários rurais, por exemplo, esquecem-se que qualquer organização de seguro social ou de previdência supõe sempre a contribuição financeira das entidades patronais.

Precisamente para isso a Federação das Casas do Povo está a proceder ao interessante trabalho de elaboração de folhetos explicativos quer sobre a estrutura e funções destes Organismos, quer acerca do seu actual esquema de benefícios.

No que diz respeito ao esquema de benefícios das Casas do Povo, desde Janeiro deste ano que tem estado a ser consideravelmente ampliado, graças aos subsídios atribuídos pelo Fundo Nacional do Abono de Família.

Tendo este subsídio atingido no presente ano a verba de 300 contos, permitiu garantir, em nível muito superior ao dos anos anteriores, um esquema mínimo de «protecção à família rural», que abrange subsídios para medicamentos, por doença, por morte, para casamento e por nascimento de filhos.

O restante esquema de benefícios compreende, como se sabe, a assistência médica e de enfermagem, os subsídios por invalidez (comparticipação pelo Fundo Comum das Casas do Povo) e os auxílios imperiosos.

É de assinalar também o esforço desenvolvido pelas Casas do Povo no sentido de melhorar e aumentar a concessão dos subsídios de invalidez, que nas freguesias rurais se revestem de particular importância social e humano. Nos últimos meses o número total de inválidos subsidiados passou de 456 para 598 (mais de 31 por cento), com aumentos do quantitativo da ordem dos 50% a 100%.

No âmbito da organização corporativa gremial, é interessante pôr em relevo que estão a decorrer com boas perspectivas as diligências para a integração corporativa do comércio retalhista algarvio. Na verdade, o facto de apenas 10 dos 16 concelhos estarem representados corporativamente (por 4 grémios do comércio) é fonte de dificuldades para uma boa coordenação de interesses, além de impossibilitar estudos de conjunto e uma adequada representação patronal, tanto perante a Federação dos Grémios do Comércio como perante a Corporação do Comércio.

Assim, prevê-se a criação de mais Grémios do Comércio e o alargamento do âmbito dos existentes, logo que cheguem ao seu termo aquelas diligências.

Como é sabido, os problemas do trabalho e, dum modo geral, os problemas sociais, estão em estreita dependência das condições económicas e principalmente da situação da indústria.

É óbvio que o Algarve carece de mais indústrias e serviços para assim corresponder às necessidades de um desenvolvimento equilibrado e integral aproveitamento dos seus recursos.

Não se faz referência ao turismo, uma fonte de riqueza dado o seu particular condicionalismo e implicações próprias. Mas parece razoável assinalar que o turismo supõe um certo número de infra-estruturas, que é indispensável acautelar, sob pena de trazer duas consequências que se agravam mutuamente: a de o turismo não beneficiar, nem sequer indirectamente, a população em geral, mas apenas um sector restrito, e de provocar até prejuízos directos para as camadas populacionais de menores recursos em consequência de agravamentos de preços designadamente de bens de consumo.

Isto pode acontecer por não se respeitar ou garantir uma daquelas infra-estruturas, que é, precisamente, o equilíbrio entre a oferta e a procura no circuito económico.

Não é despidendo frisar que no decénio 1950/1960 a população do Algarve decresceu sensivelmente.

Tal facto deve querer significar, entre outras circunstâncias, que as actividades económicas do distrito não dão adequada satisfação à oferta ou às exigências da mão de obra.

Daí o poder concluir-se que há falta de indústrias. Sobre tudo há necessidade de indústrias que compensem as soluções de continuidade e irregularidades que apresenta o funcionamento das duas indústrias básicas: a de cortiças e a de conservas.

No sector específico da regulamentação de trabalho, bastará dizer que estão em estudo nos organismos interessados actualizações e reajustamentos de convenções colectivas de trabalho ou das condições de prestação de trabalho. Assim acontece na indústria de panificação, no sector das conservas, nos motoristas marítimos, no sector de estivadores, na indústria de trituração de alfarroba e na indústria de farinhas e óleos de peixe.

Estas revisões visam por um lado aperfeiçoar a estrutura jurídica das convenções colectivas, dando satisfação às exigências que a prática tem apresentado, por outro, procuram reajustar certas condições de trabalho que tanto as entidades patronais como os trabalhadores reconhecem não se coadunarem com as realidades actuais.

É precisamente neste encontro de vontades no estudo de interesses comuns, para a sua conveniente resolução que reside um dos aspectos mais valiosos da estrutura da organização corporativa.

Com efeito, parte-se sempre de uma vontade, bem radicada de justiça social. «Fazer justiça a todos e proteger os mais fracos, deve ser o lema do vosso trabalho», disse um dia Salazar.

O desejo de justiça, no entanto, é hoje lugar comum, até porque corresponde, afinal de contas, a uma aspiração natural do homem. Tudo depende, porém do método usado para a realização do bem comum, que é onde se condensa a satisfação dos interesses legítimos e dos direitos de cada um.

O corporativismo, na exteriorização do que há de mais enraizado na natureza humana, parte da solidariedade de interesses, que é inerente à própria realização do bem comum. É para dar adequada estruturação a essa solidariedade, organiza os interesses económicos ou profissionais em termos de um equilíbrio na base (organismos sindicais e patronais e de uma síntese no cimo (corporações).

Por isso, a validade e a autenticidade do corporativismo resulta da própria vida. Ela exige, não a vitória do mais forte sobre o mais fraco, mas o reconhecimento mútuo das exigências da justiça social; supõe, não um arranjo provisório determinado pelas conveniências do momento, mas um acordo que resulte de verdadeira colaboração.

Nesta data festiva — 23 de Setembro — em que se comemoram três décadas de vigência do Estatuto do Trabalho Nacional, nenhuma reflexão, nenhum pensamento parece mais

Missões de Acção Social

Continuação da 2.ª Página

o lema «um lar para cada trabalhador», tomou a iniciativa, em Olhão, de propor à Câmara Municipal, a venda de terrenos, a preços acessíveis e sem hasta pública, aos beneficiários das Caixas de Previdência.

Julga-se que, em breve, se poderá concretizar a iniciativa, facilitada pelo Decreto-Lei n.º 44 645, publicado em 25 de Dezembro de 1962, que prevê a cooperação das Câmaras Municipais com as instituições de previdência, de forma a que, naquela localidade, cerca de uma centena de trabalhadores possam ter o «seu lar».

O processo está em curso, esperando-se que a frutuosa colaboração entre autarquias locais e instituições de previdência possa conduzir à resolução ou, pelo menos, atenuação da grave crise habitacional.

A solução conseguida através da Lei n.º 2 092 e de longo alcance social pois, permitindo o acesso à terra e um lar condigno, concorre para a promoção humana do trabalhador, do mesmo tempo que reforça os elos da família — a pedra angular da verdadeira organização social.

Bom seria que o exemplo dado pela Câmara Municipal de Olhão frutificasse em todo o distrito pois é coordenando esforços que se encontram as melhores soluções dos problemas — e o problema da habitação carece de boa vontade de todos, governantes e governados.

A Missão projecta desenvolver, dentro das conhecidas limitações de tempo, idênticas actividades nos principais meios fabris e comerciais do Algarve (Faro, Tavira, Portimão, Vila Real de Santo António, Loulé, etc.).

F. N.

O ALGARVE CORPORATIVO

Continuação da 5.ª Página

sistência espiritual e social, através de Maternidades, Creches e Postos de Puericultura, enfim uma larga rede de assistência social que não se conhece noutros sectores da orgânica corporativa.

Uma obra levado a cabo com entusiasmo, dedicação e espírito de justiça social, pelos que souberam erguer, a mantêm e desenvolvem dia a dia.

Obra de amor, obra do coração, obra que dignificou uma classe e prestígia a Organização Corporativa da Nação.

Grémio do Comércio do Concelho de Olhão

Criado em 18 de Novembro de 1941

DIRECÇÃO

Presidente — Eugénio Guerreiro Corrêa

Secretário — Feliciano José Alves

Tesoureiro — Manuel Lourenço Dias Júnior

== 1079 AGREMIADOS ==

oportuno do que este do sentido mais íntimo do corporativismo.

Com efeito, foi aquele notável documento que lançou as bases da institucionalização social dos organismos representativos dos interesses económicos e profissionais, da organização do trabalho, da previdência, da magistratura do trabalho, das habitações económicas e da acção de formação social e consciencialização corporativa.

Estas bases foram posteriormente sendo alargadas e enriquecidas com numerosas disposições, iniciativas e realizações, numa plena demonstração da vitalidade e actualidade do corporativismo como doutrina e como política social.

Por isso, a comemoração à qual nos associamos e em que directa ou indirectamente participamos não significa uma simples recordação de um acontecimento passado (a promulgação de uma lei) mas implica a tomada de consciência de uma realidade bem viva, o reconhecimento de um movimento — o do corporativismo — que se insere com o maior dinamismo nas mais fundas realidades da vida da Nação a cujo progresso está indissolúvelmente ligado.

As Actividades Agremiativas do Algarve

O Corporativismo é sempre um regime actual

SÃO Organismos Corporativos Primários: os Grémios dos Sindicatos nacionais, as Casas do Povo e as Casas dos Pescadores.

Em pleno labor corporativo, possui o Distrito de Faro, 11 Grémios da Lavoura. A saber: Albufeira, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Moncarapacho, Monchique, Silves, Tavira e Portimão; 4 Grémios do Comércio; Faro (que abrange S. Brás de Alportel), em Olhão, outro com sede em Silves (abrange também Lagoa e Albufeira) e outro em Portimão (que abrange Vila do Bispo, Aljezur, Monchique e Lagos); estando em projecto a criação de outros Grémios do Comércio em Loulé e Tavira. Tem ainda o Algarve 5 Grémios que desenvolvem a sua acção no clima corporativo da Nação. São eles: Grémio Regional dos Industriais de Cortiça do Sul, criado por Alvará de 11 de Janeiro de 1957, que tem a sua sede em Faro. O âmbito deste Grémio, abrange os Distritos de Faro, Beja, Évora e Portalegre, constando do seu registo 297 agremiados.

Este Grémio, além de representar legalmente todos os elementos do sector industrial das cortiças, tutela os respectivos interesses perante o Estado, os outros Organismos Corporativos e de Coordenação Económica. Assim, tem representação efectiva nas Comissões Corporativas, Junta Nacional da Indústria e nos Organismos da Previdência. É de salientar, além das informações que são solicitadas pelos agremiados, aquelas que são prestadas por iniciativa própria de interesse da respectiva actividade. De destaque é a acção que o Grémio tem desenvolvido na negociação de convenções colectivas de trabalho, com grande projecção na melhoria das condições económicas e sociais da classe trabalhadora: Grémio dos Industriais de Panificação, também com sede em Faro, criado pelo Decreto-Lei n.º 26 891 e Decreto n.º 31 545 e Portaria n.º 9985, o qual, muito embora tenha lutado com certas dificuldades, tem-se esforçado através dum escrupulosa administração, para fazer progredir no Algarve a indústria da panificação, contribuindo para uma melhor qualidade de pão, para que num futuro muito próximo, tudo se resolverá nas novas instalações e compra de

maquinaria moderna, para que a Província seja bem servida; Grémio dos Exportadores de Frutos e Produtos Agrícolas do Algarve, cuja sede é em Faro, com 135 sócios inscritos, e 691 intermediários inscritos em 31-12-1963 e, ainda 26 Agentes exclusivos. No decurso dum ano de actividade, a sua acção foi decisiva nos problemas que lhes estão afectos na defesa dos seus agremiados:

Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Sotaventos do Algarve, que tem a sua sede em Olhão, cujas actividades no clima corporativo é de salientar, pelo que delas resulta em benefício dos filhos de operários conserveiros, através das Cantinas Escolares, em Olhão e Monte Gordo, para o que concedeu subsídios ao Sindicato e sua secção de Vila Real de Santo António. Este organismo está muito empenhado em levar a efeito a criação de Creches e Escolas Infantís para crianças filhas de operários até à idade escolar normal nas áreas mais convenientes nos centros de Olhão e Vila Real de Santo António. Estas obras não foram ainda possível concretizar-se, devido a não ter ainda sido aprovado o plano geral previsto pela Lei; e o Grémio dos Industriais de Conservas de Barlavento, com sede em Portimão.

A Lavoura Corporativa do Distrito de Faro, está repartida pelos seus 11 Grémios, cujas actividades se afirmam progressivas, servindo as suas zonas agrícolas com óptimos resultados para os seus agremiados. Destes organismos que dentro da doutrina corporativa em que estão integrados, muito têm feito em prol da lavoura algarvia, destaca-se o Grémio da Lavoura de Tavira, que tem, de facto, realizado obra notável nestes últimos três anos, pelo que, por decreto de 18 de Maio de 1961, foi condecorado com a Comenda da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial (Classe de Mérito Agrícola), tendo as correspondentes insignias, oferecidas pelas entidades oficiais, sido entregues, solenemente, por Sua Ex.ª o sr. Ministro das Corporações, aos representantes dos cinco Grémios do País agraciados com aquela comenda, no dia 14 de Junho de 1963, na sessão de encerramento das Jornadas Cerealicolas levadas a cabo pela Corporação da Lavoura.

Criado em 28 de Fevereiro de 1940, é dirigido actualmente pelos seguintes agremiados: Dr. José Raimundo Ramos Passos, Presidente; Ventura Manita da Cruz, Secretário e Marcelino Augusto Galhardo, Tesoureiro

O seu movimento associativo, é da ordem dos 6 380. No sector de assistência prestada aos seus agremiados, nos anos de 1961 a 1963, reporta-se ao seguinte:

Se, por movimento associativo, se entende a expressão numérica da variação da quantidade de sócios durante aquele período, parece-nos de pouca relevância, uma vez que essas variações se processam, dentro de limites estreitos, resultantes de transferências de terras, provenientes de compras, vendas, heranças, doações, etc, e, portanto, podendo dar lugar a variações de nomes de associados, com sensível permanência do seu número global.

Quanto a assistência, podemos considerar dois aspectos: assistência técnica e assistência financeira.

Continua na 2.ª página

AS "CASAS DO POVO" e o seu Folclore

Livros e Revistas

COMO noutro lugar já nos referimos, são quatro as Casas do Povo que mantêm com dignidade e acrisolado amor, o regionalismo algarvio através dos seus Ranchos Folclóricos.

Ao fazê-lo, merecem os mais rasgados louvores por tão acendrada «política», porque é política regional, é política nacional, o defender as tradições dos povos rurais, nos seus cantares e nas suas danças, usos e costumes.

Tenha-se em vista que o Folclore do nosso Algarve, pelas suas características, pelo seu típico e pelo que tem de original, é dos mais ricos do nosso País.

Conceição de Tavira, Santo Estêvão e Alte e, ultimamente a Luz de Tavira, constituem um maravilhoso e significativo quadrilátero folclórico que não é de desprezar.

Atente-se que só o Concelho de Tavira possui três desses belos grupos do folclore nacional.

É bem significativa a representação folclórica algarvia no conceito do mundo folclórico português e, senão vejamos:

Rancho da Casa do Povo da Conceição de Tavira: Temos de convir e aceitar como autêntico, o valor deste grupo folclórico, como o mais aliantante e mais característico da Província Sul. Possui um palmarés notável pelas suas actuações no País, e além fronteiras. Dirige-o o considerado técnico folclorista, Henrique Bernardo dos Ramos, com



O Rancho Folclórico da Casa do Povo de Conceição de Tavira

larga folha de serviços prestados à causa regional e folclórica nacional.

De não menos valor é o concurso prestado ao Rancho pelo seu dinâmico Director, o Prof. José Joaquim Gonçalves, a «alma viva» do grupo, a quem se deu de «corpo e alma».

E com estes dois valores à frente de tão conceituado agrupamento folclórico algarvio, tem sido possível conquistar valiosos prémios e troféus que, além de engrandecerem o braço da sua Casa do Povo, enriquece o património de tão prestigioso organismo corporativo.

Temos também o Rancho da Casa do Povo de Santo Estêvão, uma organização artística da nossa terra, a todos os títulos digna de atenção e carinho geral.

É um conjunto, que tem levado o nome de Tavira e do Algarve através de Portugal

São as Casas do Povo

Continuação da 4.ª Página

Casa do Povo de Moncarapacho

Está a construir a sede com a participação da Junta Central das Casas do Povo e do Fundo de Desemprego, no montante de 275.000\$00.

Casas do Povo deste Distrito e respectivos dirigentes

Alcantarilha

Assembleia Geral — Presidente, Dr. Francisco Prudêncio Junior; 1.º vogal — João da Silva Negrão Oliva; 2.º vogal — Domingos Vieira.

Direcção — Presidente, Domingos Gonçalves Vieira; Secretário, Salvador Oliveira Vicente; Tesoureiro, Adão Elias Ferreira.

Alferse

Assembleia Geral — Presidente, Manuel Marques; 1.º vogal, Francisco Santinho dos Santos; 2.º vogal, António dos Santos.

Direcção — Presidente, José Feliciano Fernandes; secretário, António Mariano dos Santos; tesoureiro, Joaquim Mariano dos Santos.

Algôs

Assembleia Geral — Presidente, António Guerreiro das Neves; 1.º vogal, José Severino Cabrita; 2.º vogal, Carlos Neto Cabrita.

Direcção — Presidente, António da Glória Lourenço Calado; Secretário, Inácio Lourenço Brás; Tesoureiro, Gregório Gonçalves.

Aljezur

(Em regime de Comissão Administrativa) — Presidente, António Alves Marreiros; Secretário, José dos Santos Figueiredo; Tesoureiro, José Francisco Maria.

Alte

Assembleia Geral — Presidente, José Cavaco Vieira; 1.º vogal, Luís da Palma Madeira; 2.º vogal, António Gonçalves Madeira.

Direcção — Presidente, Análide Martins Lourenço; Secretário, Plácido de Sousa Vieira; Tesoureiro, Francisco Rodrigues Madeira.

Azinhal

Assembleia Geral — Presidente, António Gomes; 1.º vogal, Casimiro Fernandes; 2.º vogal, Manuel Anastácio.

Continua na 10.ª página

inteiro, e no estrangeiro, marcando lugar de relevo no folclore nacional.

O seu ensaiador e director técnico, Ventura Fernandes Marques, com os seus conhecimentos do folclore algarvio, muito tem contribuído para valorizar a sua freguesia e prestigiar a Casa do Povo de Santo Estêvão.

Alte, essa típica aldeia algarvia, que Cândido Guerreiro cantou nos seus maviolos poemas, como uma das mais genuínas aldeias portuguesas dum regionalismo ímpar, possui também o seu Rancho Folclórico, integrado na sua Casa do Povo.

Este Rancho é possuidor dum passado glorioso e cheio de triunfos. Ultimamente, a sua actividade tem estado parada que não sabemos a que atribuir o facto

Agrupamento digno dum carinho mais acendrado, pois não vá perder-se todo um passado de glória já conquistado e que muito alto colocou o Algarve no folclore nacional.

É um dos grupos mais antigos da Província algarvia.

O nável Rancho da Casa do Povo da Luz, criado há meses, nas suas actuações já realizadas, tem merecido da crítica as melhores referências, querendo-nos parecer que tem largo futuro pela sua frente.

Como é natural, estes agrupamentos não dependem exclusivamente da boa vontade

Longevidade e fontes de juventude

de Bruno Carêne

Graças aos progressos da terapêutica e da profilaxia, vive-se hoje mais que no passado. O desenvolvimento da medicina levou a um recuo considerável na mortalidade pelas doenças infecciosas. Algumas destas desapareceram. Outras, como a sífilis, entraram em vias de desaparecimento. Mais complexo é o caso da tuberculose que mata menos, graças aos antibióticos, mas cujo contágio continua no entanto e estender-se

É provável que, nos próximos anos, a terapêutica registre êxitos na luta contra as duas causas de mortalidade que ocupam um lugar crescente nas estatísticas: o cancro e as afecções cardiovasculares. A evolução geral para o alongamento da longevidade média está, verosimilmente, longe de terminar.

dos seus dirigentes, mas sim dum esforço colectivo e, por isso, estão sujeitos aos altos e baixos do seu meio ambiente.

Torna-se necessário que o S. N. I. se disponha a dar-lhe o necessário apoio material, dado o interesse que o Folclore suscita na vida nacional. Possui o Algarve regiões onde o folclore devia ser cultivado, dadas as suas características e os cantares e danças dos seus povos. Temos, por exemplo: Santa Bárbara de Nexe, Pechão, Estoi, Moncarapacho, Santa Catarina da Fonte do Bispo, Conceição de Faro, Quelfes e Cachopo.

Porque não se aproveitar, enriquecendo-se o património folclórico do distrito de Faro?



Antigo Rancho Folclórico da Casa do Povo de Luz de Tavira, actualmente reorganizado com novos elementos

GRÉMIO DOS INDUSTRIAIS DE CONSERVAS DE PEIXE DE SOTAVENTO DO ALGARVE

SEDE: Rua Dr. Oliveira Salazar — OLHÃO

Delegado do Governo Dr. Pedro Chaves Ferreira
Subdelegado do Governo. Dr. Fernando Fonseca de Mendonça

CORPOS GERENTES ELEITOS EM ASSEMBLEIA GERAL DE 5 de DEZEMBRO DE 1961 PARA O BIÊNIO DE 1962/63

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente — Dr. Amanzio de Deus Cocco

Secretários { João Carlos da Cruz
José Leal Júnior

DIRECÇÃO

Efectivos:

Lourenço Batista Lopes de Mendonça
António Jacinto Ferreira Júnior
Dr. António Manuel Capa Horta Correia

Substitutos:

Carlos Ilari
Dr. João Hugo Estrela Pestana
Giuseppe Cocco

GRÉMIO REGIONAL DOS INDUSTRIAIS DE CORTIÇA DO SUL

Autoridade de Sua Excelência o Ministro das Corporações e Previdência Social, de 11 de Janeiro de 1957

SEDE: Rua Infante D. Henrique, 37-1.º-Dt.º Telef. 317 — FARO

Ambito do Grémio: Distritos de Faro, Beja, Évora e Portalegre

Número de Agremiados: 297

Corpos Directivos

Direcção { Presidente — José Alexandre da Fonseca
Vice-Presidente — José Alexandre Estrêlo
Tesoureiro — Bento Viegas Louro

A Vida Sindical e Corporativa do Algarve

Os Sindicatos do Distrito de Faro são:

«Uma força representativa na orgânica Corporativa da Comunidade Nacional»



José Gabriel dos Santos, Eduardo Custódio Coelho e João Manuel de Oliveira, respectivamente, Presidente, Secretário e Tesoureiro do Sindicato Nacional da Indústria Hoteleira, Secção de Faro



Hugo Mascarenhas, Manuel Roque Júnior e José Gonçalves de Sousa Oliveira, respectivamente, Presidente, Secretário e Tesoureiro do Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixa do Distrito de Faro.



Ricardino Murta da Cruz e José Zacarias de Sousa, respectivamente, secretário e tesoureiro do Sindicato da Construção Civil de Faro

HÁ trinta anos o sr. Presidente do Conselho dizia: *Nós queremos que o trabalho seja dignificado e a propriedade harmonizada com a sociedade. Nós queremos caminhar para uma economia nova, trabalhando em uníssono com a natureza humana, sob a autoridade de Estado forte que defenda os interesses superiores da Nação, a sua riqueza e o seu trabalho, tanto dos excessos capitalistas como do bolchevismo destruidor. Nós queremos ir na satisfação das reivindicações operárias, dentro da ordem, da justiça e do equilíbrio nacional, até onde não foram capazes de ir outros, que prometeram chegar até ao fim. Nós queremos defender as massas proletárias dos seus falsos apóstolos...* «Grande parte desta realização pode ser e deve ser obra dos Sindicatos Nacionais».

Têm as palavras do Chefe do Governo a mesma actualidade como se proferidas fossem hoje. Pois elas, começam a ser uma realidade. A vida sindical do distrito de Faro, através dos seus 10 sindicatos, não tenhamos dú-

através dos Sindicatos, como homem, o trabalhador passa a ser considerado como um elemento constitutivo da comunidade e não como um número, como uma engrenagem, como um factor de produção e enriquecimento.

Os Sindicatos Nacionais do distrito de Faro, dentro da função social que desempenham na orgânica corporativa da Nação, são uma força para a unificação da Família Corporativa Portuguesa.

São de assinalar as suas actividades no clima sindical do Estado Corporativo Português como se depreende do seu operante labor que a seguir damos conta:

Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas e Oficinas Correlativas do Distrito de Faro (sede — Olhão)

Organismo criado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 23 050 de 23-9-1933

Com um movimento associativo da ordem de 4 769 sócios, onde só as mulheres atingem o número de 3 923, situando-se os homens em 846, tem este Sindicato desenvolvido acção bastante notável em benefício dos seus milhares de

nas durante o defeso — 41 dias — servindo 68 700 refeições, beneficiando 869 crianças.

A Caixa Sindical de Previdência da Indústria de Conservas de Peixe, continua a pagar pelo Fundo de Assistência uma pensão de 100\$00 mensais às operárias do 2.º grupo, com mais de 70 anos de idade e 20 anos de trabalho na indústria de Conservas.

Esta contribuição que a Caixa chamou a si livra as operárias do espectro de caridade e possivelmente da ostentação de esmola, que consideramos uma nódoa na nossa civilização.

Em subsídios por doença, invalidez, por funerais medicamentos, à Cantina Escolar e a outros auxílios imperiosos dispendeu este Sindicato no ano findo, cerca de 35 contos.

No sector de actividades corporativas, continua este Sindicato a facultar esclarecimentos aos seus associados e familiares.

Nas relações do trabalho, com a valiosa e justa compreensão do Grémio de Conservas, o Sindicato tem conseguido ver resolvidas muitas

derados sócios os que pagam a quota mensal de 6\$00 e a respectiva jóia. Contribuintes são todos os profissionais que sómente pagam a quota mensal de 6\$00.

É verdadeiramente interessante a actividade sindical deste organismo, sobre a qual não podemos deixar de dar o nosso caloroso aplauso.

Eis, em síntese, o volume da sua acção em prol da Classe, no Distrito de Faro:

1.º — *Previdência e Assistência* — No aspecto de Previdência, esta Secção nada tem feito, visto a mesma estar integrada na respectiva Caixa de Previdência. No campo da assistência, tem procurado dentro do limite dos seus orçamentos, incluir algumas verbas para acudir aos seus associados em casos de reconhecida necessidade, nos quais foram beneficiados um número de 10 com subsídios de doença e desemprego.

2.º — *Acção Educativa e Recreativa* — esta Secção mantém aberta desde Abril de 1958 uma escola de ensino Primário que tem sido frequentada por razoável número dos seus associados.

3.º — *Cooperação Social* — Embora esta Secção, não, tenha Agência de colocações tem o problema dos desempregados, sido resolvido, devido ao vivo interesse que tem posto na colocação dos mesmos, em vários estabelecimentos da Indústria Hoteleira do Distrito.

4.º — *Em defesa dos Operários* — O Sindicato pugna pela integração de todos os seus associados em convenções de *Contrato Colectivo de Trabalho*, dos quais grande número viria a beneficiar das regalias previstas nas mesmas convenções. Neste caso estão os empregados dos cafés e restaurantes.

5.º — *Outros elementos necessários* — A criação de um

Coelho; Tesoureiro, João Manuel Oliveira.

Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil e Oficinas Correlativas do Distrito de Faro

Sede em Faro — Rua do Letes, 71, 1.º Criado por Alvará de 10 de Julho de 1936, pelo Decreto-Lei n.º 23 050

Constituem a Direcção, os seguintes srs: Ricardino Murta da Cruz, Secretário; José Zacarias de Sousa, Tesoureiro.

Este Sindicato, que há 27 anos vem desenvolvendo activa acção em prol da sua Classe, é constituído por cerca de 2 milhares de operários da construção civil, pedreiros, pintores, carpinteiros, estucadores, etc.

Dentro destes últimos três anos, este Sindicato e através das suas actividades, tem beneficiado os inscritos mais necessitados, concedendo-lhes subsídios de desemprego, de funeral, na doença e medicamentos. Nas últimas quadras do Natal, procurou levar a quase todos os lares dos seus beneficiários mais necessitados, uma parcela de felicidade e alegria dando-lhes o jantar da Festa, que se compôs de variados géneros alimentícios.

São aspirações deste Sindicato: 1.º — O aumento de salários na 3.ª zona, na qual está compreendida a região do Algarve; 2.º — A construção dum Bairro, destinado exclusivamente aos operários da Construção Civil, em especial Pedreiros, Carpinteiros, Pintores, etc., cujos vencimentos não atingem o exigido pelos Bairros de Casas Económicas já existentes.

Estes anseios, classificamos de justos e dignos de ser considerados pelas entidades oficiais

«Uma Casa para cada Lar», é a palavra de ordem que se traduz na Política Social, dos nossos tempos.



Presidente do Sindicato dos Operários Conservadores do Distrito de Faro



Humberto André Viegas, Manuel Casanova dos Santos e João da Silva Cattivo, respectivamente, presidente, secretário e tesoureiro, do Sindicato dos Sapateiros do Distrito de Faro



Presidente do Sindicato dos Motoristas do Distrito de Faro

vidas. «são uma força representativa na orgânica corporativa da comunidade nacional».

«O Sindicato defende o trabalhador, representando o seu trabalho»; pois a verdadeira finalidade do Sindicato, reside na dignificação do trabalho e da pessoa humana, através de acordos e convenções colectivas de trabalho.

No Sistema Corporativo Português, os Sindicatos aparecem com largo e relevante papel na representação de classes, onde o trabalhador deixa de ser mercadoria leiloada em concorrência, para ser um valor social na valorização económica nacional.

Ao conceito do trabalho-escravo, essência dos sistemas de tendência demo-liberais e socialistas, o Estado Corporativo Português opôs o conceito do trabalho função social o que significa assegurar ao trabalhador liberdade de iniciativa e de escolha de profissão, sem se transformar num mero instrumento produtivo e produtor que se valorizasse, como a máquina, pela sua força e pela sua produção.

associados. Além destes, há os sócios contribuintes em número de 425, sendo 4 do sexo masculino e 421 do sexo feminino.

Do seu relatório do ano de 1962, consta: «Como não foi possível fazer um Contrato único para todo o País, atendendo à diversidade de usos e costumes, foi deliberado que cada Cento fizesse uma denúncia parcial ao Contrato em vigor; Eis o que tentaremos fazer acautelando os justos interesses dos operários».

Depreende-se de que este Sindicato necessita de uma revisão ao Contrato por que se rege, e, para isso, vai empregar os seus melhores esforços nesse sentido.

Na «Previdência e Assistência», com verbas do seu Fundo e com a participação do Grémio dos Industriais das Conservas do Sotavento, mantém uma Cantina Escolar para os filhos dos seus sócios, cuja despesa no ano findo totalizou — Esc: 63 787\$00, dos quais, 60 contos foram participados pelo Grémio dos Industriais de Conservas ape-

questões com vantagem para ambas as partes, tendo sido pagas aos operários indemnizações, que senão fora assim, elas seriam muito onerosas ou talvez impossíveis de receber.

Fazem parte dos seus corpos directivos os seguintes:

Assembleia Geral — Presidente, Henrique Augusto Melo de Azevedo; 1.º Secretário, Manuel José Tavares; 2.º Secretário, Cândido da Conceição Freitas Guerreiro.

Direcção — Presidente, António da Graça Mira; Tesoureiro, Artur Januário.

Sindicato Nacional dos Profissionais na Indústria Hoteleira e Similares dos Distritos de Lisboa, Santarém, Setúbal, Portalegre, Évora, Beja e Faro

Secção Distrital de Faro

Esta Secção do Sindicato Nacional dos Profissionais na Indústria Hoteleira, foi fundada em 16 de Abril de 1958.

O seu movimento associativo, em Dezembro de 1962, era de 54 sócios efectivos e 871 contribuintes. Actualmente é de 98, tendo tido um apreciável aumento, da ordem de 44 novos associados. São consi-

curso de línguas que se impõe neste momento, em que os Turistas já em número elevado nos visitam, para que os empregados da Indústria Hoteleira possam contactar com eles nos seus dialectos.

Presidem aos destinos deste Sindicato os srs: Presidente, José Gabriel dos Santos; Secretário, Eduardo Custódio



António dos Santos, Raúl das Neves Rabeca e Vidal do Nascimento Barros, respectivamente, presidente, secretário e tesoureiro do Sindicato Operário de Panificação de Faro

Os operários da Construção Civil é uma das Classes menos privilegiadas, com salários modestos, razão forte para que se lhes dê a possibilidade de habitarem em moradias de renda barata. Estes valorosos corporativistas são dignos desse benefício.

A Vida Sindical e Corporativa do Algarve

Continuação da 10.ª página

Sindicato Nacional dos Empregados de 1.º critério e Caixeiros do Distrito de Faro. Sede em Faro-Rua 1.ª Dezembro 26-1.ª Criado pelo Alvará n.º 3, de Abril de 1934.

O seu volume associativo é, no momento actual, o seguinte: Sócios efectivos em 15 de Agosto último, 1.000; sócios contribuintes, 432.

A sua Direcção é composta pelos srs. Hugo Mascarenhas, Presidente; Manuel Roque Júnior, Secretário; e José Gonçalves de Sousa Oliveira, Tesoureiro.

É um dos Sindicatos mais antigos do distrito de Faro cujas actividades traduzem-se num progressivo clima corporativista, que o coloca entre os primeiros seus irmãos do País.

Neste organismo sindical, observa-se «uma consciência» sindical, que não só enobrece os seus pergaminhos como, prestígia a orgânica corporativa em que está integrado.

A seguir damos á estampa uma síntese das suas actividades sindicais em vários sectores, desenvolvidas nestes últimos três anos:

Suas Actividades Sindicais desenvolvidas nos últimos três anos.

1) Arranjo de nova sede, a fim de facultar-se aos nossos associados um maior nível de instrução tanto no que diz respeito ao aspecto técnico e literário como no recreativo e cultural.

2) Além dos contratos colectivos de trabalho para os empregados de escritório e caixeiros do Distrito de Faro e outros contratos celebrados antes do ano de 1960, este Sindicato é signatário das seguintes Convenções assinadas com os respectivos Grémios para benefício das classes por nós representadas:

a) Contracto colectivo de trabalho para os empregados de escritório, celebrado com os Grémios dos Armazenistas de Vinhos e do Comércio de Exportação de Vinhos, homologado em 31/4/1962, sendo este Sindicato incluído como signatário do mesmo de harmonia com o respectivo pedido de adesão, superiormente homologado por despacho de 31/7/1962.

b) Contracto colectivo de trabalho para os empregados de escritório, celebrado com o Grémio dos Exportadores de Madeiras, homologado em 7/6/1960.

c) Contracto colectivo de trabalho para os empregados de escritório, celebrado com a Federação Nacional dos Industriais de Moagem, homologado em 14/12/1949, revisto em 22/8/1957 e actualmente a vigorar o novo acordo de 1/1/1962.

d) Contracto colectivo de trabalho para os caixeiros, celebrado com o Grémio dos Armazenistas de Mercaderia, homologado em 31/12/1944, actualmente a vigorar o novo acordo de 1/11/1961.

Quais os problemas que consideram mais necessários para a classe

Aprefeiçoamento profissional e actualização dos respectivos contratos colectivos de trabalho em vigor desde 31 de Outubro de 1959.

Que obras e actos tem o Sindicato realizado nestes últimos três anos e os benefícios concedidos aos associados

a) Este Sindicato tem mantido a distribuição de uma revista de carácter técnico destinada ao desenvolvimento profissional dos associados e espera iniciar cursos de aperfeiçoamento profissional, assim como proceder a sessões de desenvolvimento cultural e recreativo.

b) Mantém este Sindicato um médico contratado para assistência médica aos associados ainda excluídos da previdência.

c) Concede donativos de auxílio a instituições de carácter de beneficência.

Sindicato Nacional dos Motoristas do Distrito de Faro

Sede em Faro - Rua 1.ª Dezembro n.º 21 - 1.ª

Fundado por Alvará de 29 de Abril de 1940

Os seus corpos directivos actualmente em exercício são os seguintes srs. Assembleia Geral — Presidente, Joaquim do Carmo Mariano; 1.º Secretário, Reinaldo da Encarnação Gonçalves; 2.º Secretário, João do Nascimento Saraiva dos Anjos; Direcção: Presidente, João Martins Lourenço; Secretário, Horácio Mealha Sardinha, e Tesoureiro António Calan Moreno.

No sector da Assistência e Previdência, tem concedido subsídios de doença, invalidez, desemprego e Assistência jurídica.

No capítulo de Acção Educativa e Recreativa: Tem este Sindicato ao dispor dos seus associados uma Biblioteca onde por empréstimo podem adquirir livros; uma sala de leitura com revistas e os principais jornais do País; uma sala com aparelho de Televisão.

Está em estudo o empréstimo de livros de estudo aos filhos dos nossos associados que frequentam o ensino Técnico ou Liceal até ao 5.º ano.

De 1958 a 1962, dispendeu já este Sindicato com Assistência, Representação Profissional, Educação e Recreio e Serviços Administrativos, a importância de Esc. 559 mil escudos.

Tem no montante actual, 1.100 sócios.

Sindicato Nacional dos Sapateiros, Correeiros, Maleiros e Ofícios Correlativos do Distrito de Faro

(Sede em Loulé)

Este Organismo que antigamente se dominava: Sindicato Nacional dos Sapateiros do Distrito de Faro, passou a ter por despacho de 12 de Julho de 1963, a seguinte designação: Sindicato Nacional dos Sapateiros, Correeiros, Maleiros e Ofícios Correlativos do Distrito de Faro.

Criado em 15 de Abril de 1935, cujos Estatutos foram aprovados pelo antigo Subsecretário das Corporações, Dr. Pedro Theotónio Pereira.

São seus membros directivos os seguintes srs.:

Direcção—Presidente, Humberto André Viegas; Secretário, Manuel Casanova dos Santos; Tesoureiro, João da Silva Cativo.

Direcção Geral — Presidente, José Tomás de Brito; 1.º Secretário, Manuel Rodrigues Valente; 2.º Secretário, Manuel Leal de Sousa.

Sindicato que abrange uma zona muito importante, cujo movimento associativo se aproxima da casa dos 2.000.

Sindicato Nacional dos Empregados e Operários da Indústria de Panificação do Distrito de Faro

(Sede em Faro — Rua de St.ª António Criado por Alvará de 19 de Janeiro de 1940)

Este Sindicato tem no seu livro de registo de sócios 506 que são tantos como os que se cotizam para a sua manutenção e poderem praticar a Assistência e Previdência aos seus associados e familiares.

Das suas actividades sindicais desenvolvidas nestes últimos três anos: 1940-1963, infere-se às diligências no sentido de obter uma alteração ao Contracto Colectivo de Trabalho nos capítulos de salários e férias. Relativamente ao pri-

Continua na 3.ª página

São as Casas do Povo

Continuação da 9.ª página

Direcção — Presidente, Lino Vaz Palma Antunes; Secretário, José Dionísio Junior; Tesoureiro, Manuel Fernandes Vaz.

Castro Marim

Assembleia Geral — Presidente, Manuel Anastácio Josefa; 1.º vogal, João Antunes; 2.º vogal, Sebastião Mimoso Seromenho.

Direcção — Presidente, António da Conceição Domingues; Secretário, Amândio Serafim Marques; Tesoureiro, José António Colaço Nunes.

Conceição de Faro

Assembleia Geral — Presidente, Mateus do Carmo Bolas; 1.º vogal, José Braz Lopes; 2.º vogal, Joaquim da Conceição Sousa.

Direcção — Presidente, Joaquim de Sousa Tomé; Secretário, Francisco de Sousa Cactano; Tesoureiro, Francisco do C. Nobre Junior.

Conceição de Tavira

Assembleia Geral — Presidente, José Afonso; 1.º vogal, Vitorino Correia Martins; 2.º vogal, António Manuel de Jesus Gonçalves.

Direcção — Presidente, Manuel de Sousa Vesta; Secretário, Manuel Florêncio de Jesus; Tesoureiro, Fernando Viegas da Quinta.

Estoi

Assembleia Geral — Presidente, Francisco Vicente Eusebio; 1.º vogal, Manuel Lázaro Zeferino Corvo; 2.º vogal, Joaquim Pacheco.

Direcção — Presidente Francisco da Cruz Aleixo; Secretário, José Joaquim Miguel; Tesoureiro, José do Carmo Nunes.

Luz de Tavira

Assembleia Geral — Presidente, António João Fialho; 1.º vogal, Firmino Luís Viegas; 2.º vogal, Joaquim do Nascimento Evangelista.

Direcção — Presidente, Manuel Correia Dourado; Secretário, José Francisco Guerreiro; Tesoureiro, Francisco Xavier Palmeira.

Marmeleira

Assembleia Geral — Presidente, José Inácio Duarte; 1.º vogal, António Albano Lourenço; 2.º vogal, João Dias Candeias.

Direcção — Presidente, Lúcio António Nobre de Melo; Secretário, Manuel Estêvão; Tesoureiro, José da Silva Heleno.

Martinlongo

(Em regime de Comissão)

Plano de Formação Social

Continuação da 3.ª página

lidade e acuidade, merecer particular relevo.

A Missão que tem a sua sede na Delegação do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência de Faro espera levar a cabo idêntica tarefa de doutrinação e esclarecimento nos restantes centros industriais e comerciais do Algarve, sendo de notar que, com a publicação do novo regulamento da previdência — um grande passo em frente na estruturação da segurança social do trabalhador português — mais se impõe a tarefa de esclarecimento de todos os beneficiados com as recentes providências legislativas.

I. F. N.

O «Povo Algarvio», vende-se em Lisboa na Incrementum, Rua Santa Marta, 58-3.ª

Federação das Casas do Povo

do Distrito de Faro

Continuação da 2.ª página

6 — Promoção de Cursos de Formação Familiar Rural nas Casas do Povo. Presentemente itinerantes, esperando-se que muito brevemente (logo que a situação financeira da Federação o permita) estes Cursos se transformem em permanentes, a fim de que a cada Casa do Povo deles possa beneficiar durante todo o ano.

Sem dúvida, são de grande utilidade, os Cursos de Formação Familiar, que têm por fim preparar a mulher do campo para o lar, através de ensinamentos práticos, que compreendem noções económica doméstica, culinária e higiene alimentar, puericultura, enfermagem caseira e higiene geral.

No passado dia 5 de Agosto, iniciou-se o primeiro Curso, na Casa do Povo de Paderne, alcançado excelentes resultados.

As actividades Futuras da Federação; vão desenvolver-se nos seguintes pontos: Encontros com dirigentes; Cursos para escriturários; Criação de uma Colónia de Férias para filhos de sócios das Casas do Povo do Distrito; e resolução do problema da situação das freguesias rurais que, por não terem Casa do Povo, estão impedidas de beneficiar das vantagens e regalias que estes organismos concedem. Assim, uma das preocupações da Federação consiste na cobertura das chamadas «zonas brancas», do distrito.

Pelo que informa a doutrina deste apontamento, está reservada à Federação das Casas do Povo papel muito importante na valorização dos centros rurais da Província.

Preside à direcção deste organismo, o bom nacionalista algarvio, que ao corporativismo tem dedicado uma vida inteira, sr. Manuel Correia Dourado, que também exerce as funções de Presidente da Casa do Povo da Luz, e que tem como seus mais directos colaboradores, outros bons nacionalistas, srs.: Joaquim de Sousa Tomé e Joaquim Pacheco, respectivamente, Secretário e Tesoureiro.

Assim, corporiza-se e toma «consciência corporativa» as gentes rurais do distrito de Faro.

«Reacender o fogo» para se ganhar a «Batalha da Organização Corporativa», surgida em 1933, com a promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional.

Professora

Nascida em França e com grande prática da lingua francesa, aceita alunos de ambos os sexos, em curso ou individualmente.

Nesta Redacção se informa.

MERCEARIA

Trespassa-se, bem localizada, e com boa freguesia.

Nesta Redacção se informa.

Administrativa) — Presidente Manuel Sebastião Mendes; Secretário, José Agostinho Guerreiro Candeias; Tesoureiro, José António Teixeira Mexilhoeira Grande

Assembleia Geral — Presidente, José Joaquim Gregório; 1.º vogal, Xavier dos Reis; 2.º vogal, José Rosa Vicente.

Direcção — Presidente, Cap. Jerónimo José Nunes da Glória; Secretário, Belmiro Nunes Lisa; Tesoureiro, Casimiro José Moreira.

Moncarapacho

Assembleia Geral — Presidente, João Pedro Raimundo; 1.º vogal, João dos Santos Graça Caboz; 2.º vogal, João António Catarino.

Direcção — Presidente, João Graciano da Silva Eusebio; Secretário, José Casimiro M. Dias; Tesoureiro, Custódio Sabino Estêvão Viegas.

Monchique

Assembleia Geral — Presidente, Padre Francisco Jorge de Melo; 1.º vogal, Sebastião Fernandes; 2.º vogal, Francisco José da Cruz.

Direcção — Presidente, José Martins Cereja; Secretário, António Vicente; Tesoureiro, Manuel José Frio.

Odeleite

Assembleia Geral — Presidente, Mário Xavier de Brito; 1.º vogal, Domingos António Alberto; 2.º vogal, Américo Albano Rodrigues.

Direcção — Presidente, José Sebastião Rodrigues; Secretário, Francisco Rodrigues; Tesoureiro, Amândio Estêvão.

Paderne

Assembleia Geral — Presidente, Manuel Gonçalves Isidoro; 1.º vogal, António Madeira Aleluia; 2.º vogal, José Alves Junior.

Direcção — Presidente, José de Sousa Dias; Secretário, José Victor da Silva Júdice; Tesoureiro, João Guerreiro Eloi.

S. Bartolomeu de Messines

Assembleia Geral — Presidente, José Lourenço da Silva Junior; 1.º vogal, José Guerreiro Bárbara; 2.º vogal, Francisco Simão.

Direcção — Presidente Francisco Cabrita (Sobrinho); Secretário, José de Oliveira Neto; Tesoureiro, José Prata.

Santa Catarina (Tavira)

Assembleia Geral — Presidente, José Mariano; 1.º vogal, João Domingues; 2.º vogal, Joaquim Amarante Vaz Reis.

Direcção — Presidente, Manuel António Viegas Junior; Secretário, João Torcato da Graça; Tesoureiro, Manuel Mariano.

Santo Estêvão (Tavira)

Assembleia Geral — Presidente, Joaquim de Mendonça Lindo; 1.º vogal, Marcelino Lopes Cachopo; 2.º vogal, Américo Gago Estêvão.

Direcção — Presidente, Luis Mendonça de Macedo; Secretário, Ventura Fernandes Marques; Tesoureiro, Florentino Fernandes Gago.

GRÉMIO DO COMÉRCIO

DO CONCELHO DE FARO

(ALVARÁ DE 20 DE ABRIL DE 1940)

Sede — Rua da Marinha, 11-1.º — FARO

CORPOS DIRECTIVOS

Presidente — Francisco Martins Seruca

Secretário — José António Batista

Tesoureiro — Fernando José Carminho

Chefe dos Serviços — Justino S. Santos Godinho

Data da fundação: 30 de Abril de 1940

Breves impressões

Continuação da 6.ª página

olentamente, o fazer parar. E se algum faz a travessia, esse algum não responde com um encolher de ombros desdenhoso, ao sinal acústico da viatura, e, antes, solícito, procura logo o passageiro.

(continua no próximo número)

Carlos Picólio

Previdência Social

Continuação da 1.ª página

dade de Faro, o acto de escritura de concessão de um empréstimo, no valor de 42 mil escudos, pagáveis em 20 anos, ao beneficiário sr. Américo Correia Cabeça, carpinteiro de profissão e residente na cidade de Portimão.

Não obstante a sua criação ainda recente, tem já esta Caixa, numerosos processos em curso para concessão de novos empréstimos a modestos trabalhadores da nossa província que, assim, poderão ver satisfeitas as suas maiores aspirações — possuírem uma casa própria —.

Estatuto do Trabalho Nacional

Continuação da 1.ª página

vidas três décadas, o Estatuto do Trabalho Nacional que então se festejou, marca como obra bela, cristã e de paz.

Corporativistas que somos, e na passagem do seu 30.º aniversário, dedicamos este NÚMERO ESPECIAL às actividades corporativas da nossa Província, deste Algarve do sol ardente, região onde um povo trabalha a rir e a cantar.

Na ronda que fizemos aos organismos corporativos, não temos dúvidas em afirmá-lo: «As suas 21 «Casas do Povo», as 5 «Casas dos Pescadores», os seus 10 Sindicatos Nacionais, os seus 11 Grémios da Lavoura, os 4 Grémios de Comércio, a sua Federação das Casas do Povo e os 5 Grémios da Indústria, formam, uma autêntica «consciência corporativa nacional».

Por esse motivo, está o Algarve de parabéns.

Novos rumos surgem na política corporativa portuguesa. Novos rumos da Previdência.

Pelo espírito e a letra que informam o novo regulamento das Caixas Sindicais de Previdência, agora tornado público, neste aniversário da promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional, muitas e positivas realidades vão arejar o clima do trabalho nacional que, no dizer do Ministro Prof. Gonçalves de Proença, serão as mais belas da política portuguesa contemporânea.

Está de parabéns o Ministro das Corporações que subcreveu tão transcendente diploma corporativo e, igualmente, de parabéns se encontra toda a Nação!

E a Revolução continua...

L. S. P.

Tribunal de Comarca de LISBOA

2.ª VARA CIVIL

ANÚNCIO

2.ª publicação

Por este Tribunal, na execução que a Sociedade de Equipamentos Técnicos, Marítimos e Industriais, com sede na Rua da Boavista, 84 - 2.ª, em Lisboa, move contra João António das Dores, marítimo, residente em Santa Luzia, Tavira, correm éditos de vinte dias, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos daquele executado para, no prazo de dez dias posterior ao dos éditos, virem à execução deduzir os seus direitos.

Lisboa, 18 de Julho de 1963

O Juiz Corregedor

(a) Acácio Victor Ferreira

O Escrivão de Direito

(a) Carlos Henriques



A MARCA QUE MELHOR SERVE O TRANSPORTE

MERCEDÉS-BENZ

Peso Bruto	Carga útil aproximada	
	s/ reboque	c/ reboque
3.500	1.600	1.800 Kg.
3.600	1.700	1.900 »
9.600	5.850	6.300 »
10.000	6.000	6.500 »
10.450	6.500	7.000 »
12.500	8.100	8.700 »
13.200	8.700	9.350 »
13.500	9.000	9.650 »
13.750	8.700	9.400 »
15.000	8.700	9.500 »
16.500	10.100	10.900 »
20.000	13.600	14.600 »



Autocarros para:
18, 35, 36, 39 e 43 lugares

Versões especiais para:
Caixas basculantes, camiões-tanques para água e combustíveis, pronto-socorros para bombeiros, veículos para fins municipais, camiões com contentores para cimentos ou outras cargas granuladas ou pulverulentas, camiões militares, com 1 ou 2 diferenciais.

C. SANTOS
S. A. R. L.

LISBOA — Av. da Liberdade, 29-41 - PORTO - R. Sta. Catarina, 160-168

COIMBRA — Av. Fernão de Magalhães, 70-78 - OLHÃO - Brancaneas

BRAGA — Av. Marechal Gomes da Costa - Agentes em todo o País



CAMIÕES
E AUTOCARROS
DIESEL

COBRANÇAS DIFÍCEIS

Em Lisboa e província, trata

JOÃO PEREIRA ESTEVES

Travessa dos Arneiros, 15 r/c Esq. LISBOA - Benfica - Telef. 70 04 91

GRÉMIO DOS EXPORTADORES DE FRUTOS E PRODUTOS HORTÍCOLAS DO ALGARVE

Avenida da República, 174-1.ª — FARO

Teleg. - Grémio ↔ Telef. 49-FARO

Organismo Corporativo criado pelo Decreto n.º 23 791, de 23 de Abril de 1934, e constituído obrigatoriamente por todas as entidades singulares ou colectivas que exercem o comércio de exportação de frutos e produtos agrícolas do Algarve.

Convite

O Presidente da Câmara Municipal de Tavira e a Comissão Concelhia da União Nacional convidam o público de Tavira a assistir à missa por alma do saudoso Presidente da Comissão Concelhia da U. N. sr. João Aldomiro de Sousa, a qual terá lugar na igreja de Santa Maria do Castelo, hoje, pelas 11 horas.

Jardins Suspensos

Continuação da 6.ª página

mico de calçadas perpetuamente revoltas, com montes de terra e pedras a acompanhar o bom resultado do pouco respeito que o indígena manifesta pelo que é de todos.

Continua no próximo número

Este número foi visado pela Delegação de Censura